



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

Igor Fois Abramof

CLASSE MÉDIA COMPRIMIDA DURANTE O EXPERIMENTO REDISTRIBUTIVO  
RECENTE NO BRASIL?

Rio de Janeiro

2021

Igor Fois Abramof

CLASSE MÉDIA COMPRIMIDA DURANTE O EXPERIMENTO REDISTRIBUTIVO  
RECENTE NO BRASIL?

Trabalho de conclusão de curso apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra<sup>a</sup>. Celia Lessa Kerstenetzky

Coorientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra<sup>a</sup> Marcela Nogueira Ferrario

Rio de Janeiro

2021

A161c Abramof, Igor Fois  
Classe média comprimida durante o experimento  
redistributivo recente no Brasil? / Igor Fois  
Abramof. -- Rio de Janeiro, 2021.  
62 f.

Orientadora: Celia Lessa Kerstenetzky.  
Coorientadora: Marcela Nogueira Ferrario.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto  
de Economia, Bacharel em Ciências Econômicas, 2021.

1. Classe média. 2. Desigualdade de renda. I.  
Kerstenetzky, Celia Lessa, orient. II. Ferrario,  
Marcela Nogueira, coorient. III. Título.

IGOR FOIS ABRAMOF

CLASSE MÉDIA COMPRIMIDA DURANTE O EXPERIMENTO REDISTRIBUTIVO RECENTE NO  
BRASIL?

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao  
Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio  
de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de  
Bacharel em Ciências Econômicas.

Rio de Janeiro, 12/17/2021.

---

CELIA DE ANDRADE LESSA KERSTENETZKY - Presidente

Professora Dra. do Instituto de Economia da UFRJ

---

MARCELA NOGUEIRA FERRARIO

Professora Dra. do Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da UNILA

---

JOÃO FELIPPE CURY MARINHO MATHIAS

Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

---

DANIEL SOARES MANO GONÇALVES

Doutor em Ciência Política da UFF

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar aos meus pais, que me deram todo o apoio, material e emocional, para que eu conseguisse chegar até aqui.

Agradeço à Petra por todo o amor e companheirismo.

Agradeço aos meus grandes amigos Santiago, Rolo, Enzo, Ana, Felipe, Tati, Arthur, Pedro e Igã por terem sido o melhor presente que a UFRJ poderia me dar.

Agradeço às minhas orientadoras. À Celia por todo o apoio e paciência ao longo dos anos em que esse projeto se desenrolou. À Marcela por ser sempre prestativa na busca de soluções metodológicas. Também agradeço ao Daniel Mano por toda a ajuda na concepção inicial do projeto, quando ainda estava longe de se tornar uma monografia.

Agradeço ao Instituto de Economia e à UFRJ por tornarem tudo isso possível.

## RESUMO

Esta monografia busca investigar a tese de que, entre 2001 e 2015, todo o ganho distributivo alcançado pelos 50% mais pobres no Brasil se deu às custas dos 40% do meio, já que os 10% mais ricos mantiveram sua participação relativa na renda total do país. Para isso, o estrato intermediário será dividido em 8 vigésimos que representam 5% da distribuição de renda e, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) serão respondidas três perguntas: Os 40% do meio são um grupo homogêneo em termos de renda, condição de emprego e acesso ao ensino superior? Todos os vigésimos dentro desse grupo possuem características consideradas de classe média? Quais foram os vigésimos que mais se aproveitaram da prosperidade que ocorreu entre 2001 e 2015? Os resultados mostram que, por esse ser um grupo altamente heterogêneo, apenas o estrato mais rico possui características de classe média. Esse vigésimo mais rico também foi o único interno aos 40% do meio que apresentou queda na sua participação da renda total. Portanto, apesar dos 40% do meio não poderem ser chamados de classe média, é possível inferir que o ganho distributivo dos mais pobres se deu às custas da classe média.

**Palavras-chave:** classe média, desigualdade de renda, nova desigualdade, 40% do meio.

## ABSTRACT

This monograph seeks to investigate the thesis that between 2001 and 2015 all the distributive gain achieved by the poorest 50% in Brazil came at the expense of the middle 40%, as the richest 10% maintained their relative share in the country's total income. For this, the intermediate stratum will be divided into 8 twentieths that represent 5% of the income distribution and, based on data from the Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), three questions will be answered: The middle 40% are a homogeneous group in terms of income, employment status and access to higher education? Do all twentieths within this group have characteristics considered to be middle class? What were the twentieths that took the most advantage of the prosperity that took place between 2001 and 2015? The results show that, as this is a highly heterogeneous group, only the richest stratum has middle-class characteristics. This richest twentieth was also the only inmate at the middle 40% who had a drop in their share of total income. Therefore, although the middle 40% cannot be called the middle class, it is possible to infer that the distributive gain of the poorest was at the expense of the middle class.

**Keywords:** middle class, income inequality, new inequality, middle 40%.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da pobreza absoluta e relativa e da desigualdade no Brasil (2002-2014). .	14
Gráfico 2 - Evolução do salário mínimo real e coeficiente de Gini (1995-2016).....	15
Gráfico 3 - Trajetórias das taxas de escolarização por idade (Brasil, 1980-2010) .....	17
Gráfico 4 - Taxa de frequência líquida de jovens de 18-24 anos no ensino superior (em %) .....	18
Gráfico 5 - Desigualdade de renda no Brasil: Estimativas da DINA .....	21
Gráfico 6 - Índice de Gini no Brasil: 2001-2015 .....	22
Gráfico 7 - Fatores que definem classe média (porcentagem).....	26
Gráfico 8 - Renda média por vigésimo – 2001-2015 (em R\$ de 2020).....	37
Gráfico 9 - Renda média por classe de renda – 2001-2015 (em R\$ de 2020) .....	37
Gráfico 10 - Taxa de crescimento da renda média entre 2001 e 2015.....	38
Gráfico 11 - Diferença da renda média entre o p51-p55 e o p86-p90 -2001-2015.....	38
Gráfico 12 - Parcela da renda total por vigésimo – 2001-2015 .....	40
Gráfico 13 - Parcela da renda total por classe de renda – 2001-2015.....	40
Gráfico 14 - Taxa de crescimento da parcela da renda total entre 2001 e 2015 .....	41
Gráfico 15 - Diferença da parcela da renda total entre o p51-p55 e o p86-p90 -2001-2015 .....	41
Gráfico 16 - Porcentagem da renda oriunda do não trabalho por vigésimo – 2002-2015 .....	43
Gráfico 17 - Porcentagem da renda oriunda do não trabalho por classe de renda – 2002-2015 ..	43
Gráfico 18 - Taxa de crescimento da porcentagem da renda oriunda do não trabalho entre 2002 e 2015.....	44
Gráfico 19 - Diferença da porcentagem da renda oriunda do não trabalho entre o p51-p55 e o p86-p90 - 2002-2015.....	44
Gráfico 20 - Porcentagem da população desocupada por vigésimo – 2001-2015 .....	46
Gráfico 21 - Porcentagem da população desocupada por classe de renda – 2001-2015 .....	46
Gráfico 22 - Taxa de crescimento da porcentagem da população desocupada entre 2001 e 2015 .....	47
Gráfico 23 - Diferença da porcentagem da população desocupada entre o p51-p55 e o p86-p90 - 2001-2015.....	47
Gráfico 24 - Porcentagem dos ocupados que são formais por vigésimo – 2001-2015.....	49
Gráfico 25 - Porcentagem dos ocupados que são formais por classe de renda – 2001-2015 .....	49



Gráfico 26 - Taxa de crescimento da porcentagem dos ocupados que são formais entre 2001 e 2015.....	50
Gráfico 27 - Diferença da porcentagem dos ocupados que são formais entre o p51-p55 e o p86-p90 - 2001-2015.....	50
Gráfico 28 - Anos de estudo médio dos ocupados por vigésimo – 2001-2015 .....	51
Gráfico 29 - Anos de estudo médio dos ocupados por classe de renda– 2001-2015.....	52
Gráfico 30 - Taxa de crescimento dos anos de estudo médio dos ocupados entre 2001 e 2015 ..	52
Gráfico 31 - Diferença dos anos de estudo médio dos ocupados entre o p51-p55 e o p86-p90 - 2001-2015 .....	53
Gráfico 32 - Porcentagem dos ocupados que são empregadores por vigésimo – 2001-2015.....	54
Gráfico 33 - Porcentagem dos ocupados que são empregadores por classe de renda – 2001-2015 .....	54
Gráfico 34 - Taxa de crescimento da porcentagem dos ocupados que são empregadores entre 2001 e 2015.....	55
Gráfico 35 - Diferença da porcentagem dos ocupados que são empregadores entre o p51-p55 e o p86-p90 - 2001-2015.....	55
Gráfico 36 - Porcentagem dos não estudantes cuja série mais alta que frequentaram foi o ensino superior, mestrado ou doutorado por vigésimo– 2001-2015 .....	56
Gráfico 37 - Porcentagem dos não estudantes cuja série mais alta que frequentaram foi o ensino superior, mestrado ou doutorado por classe de renda – 2001-2015.....	57
Gráfico 38 - Taxa de crescimento da porcentagem dos não estudantes cuja série mais alta que frequentaram foi o ensino superior, mestrado ou doutorado entre 2001 e 2015.....	57
Gráfico 39 - Diferença da porcentagem dos não estudantes cuja série mais alta que frequentaram foi o ensino superior, mestrado ou doutorado entre o p51-p55 e o p86-p90 - 2001-2015.....	58

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comparação das rendas nas Contas Nacionais (CN), survey (PNAD) e dados de declaração de impostos (DIRPF) .....	29
Tabela 2 – Parcela da renda no Brasil por grupo: 2015 .....	30

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Indicadores de classe média x variáveis utilizadas nessa monografia ..... 33

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CEI - Contas Econômicas Integradas

CF 88 - Constituição Federal de 1988

DINA - *distributional national accounts*

DIRPF - Declaração de Imposto de Renda para Pessoas Físicas

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

POF - Pesquisa Orçamentária Familiar

RFB - Receita Federal do Brasil

SM - Salário Mínimo

TRU - Tabelas de Recursos e Usos

## **SUMÁRIO**

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b> .....	<b>14</b>
2.1	AVANÇOS NA REDUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE DE RENDA .....	14
2.2	AVANÇOS NAS CONDIÇÕES DE EMPREGO E ACESSO À EDUCAÇÃO .....	16
2.3	USO DE FONTES DE DADOS ALTERNATIVAS E A MANUTENÇÃO DA CONCENTRAÇÃO NO TOPO.....	19
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>24</b>
3.1	COMO DEFINIR A CLASSE MÉDIA? .....	25
3.2	BASE DE DADOS .....	27
3.3	VARIÁVEIS UTILIZADAS .....	31
<b>4</b>	<b>RESULTADOS</b> .....	<b>35</b>
4.1	RESULTADOS RELACIONADOS À RENDA .....	35
4.2	RESULTADOS RELACIONADOS ÀS CONDIÇÕES DE EMPREGO E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR.....	45
4.3	CONCLUSÃO .....	58
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>60</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>62</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No período que vai aproximadamente do começo do século XXI até a aprovação do teto de gastos em 2016, ocorreu no Brasil o que foi denominado por Kerstenetzky (2017) de experimento redistributivo. Através da implementação de políticas públicas, em especial a valorização do salário mínimo, houve redução de pobreza e queda da desigualdade de renda quando medida exclusivamente através das pesquisas domiciliares (KERSTENETZKY, 2017; BRITO et al, 2017; BRITO & KERSTENETZKY, 2019). Além disso, houve avanços no acesso ao ensino básico e superior, assim como uma maior formalização do emprego, que foi uma das causas responsáveis por diminuir a desigualdade salarial (ARRETCHE, 2018; COSTA et al, 2021; BARBOSA FILHO & MOURA, 2015; KERSTENETZKY, 2017).

Por outro lado, pesquisas que foram realizadas usando dados do imposto de renda e das Contas Nacionais mostraram que, ao contrário do que se imaginava, a desigualdade de renda no período permaneceu alta, com a existência de uma persistente concentração no topo da distribuição em um patamar elevado (MEDEIROS et al, 2015a; 2015b; MEDEIROS & SOUZA, 2016; SOUZA, 2018). Morgan (2017) também utilizou essas bases para calcular uma estimativa da evolução da distribuição de renda no Brasil de 2001 a 2015. Foi evidenciado nesse estudo que no período houve manutenção da parcela total de renda absorvida pelos 10% mais ricos e aumento para os 50% mais pobres. Logo, todo o avanço conseguido pelas camadas de baixo se deu às custas dos 40% do meio, que o autor denominou de *squeezed Middle 40%*, já que esse foi o único grupo que perdeu participação relativa na renda total do país.

Apesar de Morgan (2017) afirmar que por conta da alta desigualdade de renda não há uma classe média extensa como entendida nos países ricos, ele ainda assim considera os 40% do meio como uma classe única em seu estudo e não realiza nenhuma análise interna ao grupo que ele considera como sendo o perdedor em termos distributivos entre 2001 e 2015. Isso pode gerar problemas pois, ao estipular unidade a um coletivo que não necessariamente a tem, o autor deixa a possibilidade de que o público interprete que esse grupo possui preferências e demandas únicas, inclusive políticas. Isso pode servir de insumo para análises e diagnósticos que talvez não estejam baseados na realidade. Por conta disso, esse trabalho busca investigar mais a fundo os 40% do meio e, por consequência, a própria tese do *squeezed Middle 40%* através de três perguntas: Os 40% do meio são um grupo homogêneo em termos de renda, condição de emprego e acesso ao

ensino superior? Todos os vigésimos dentro desse grupo possuem características consideradas de classe média? Quais foram os vigésimos que mais se aproveitaram da prosperidade que ocorreu entre 2001 e 2015?

Para realizar essa tarefa, foi utilizada a análise estatística descritiva em que os 40% do meio foram divididos em 8 vigésimos equivalentes a 5% da distribuição de renda total. Para cada vigésimo, bem como para os 10% mais ricos, os 50% mais pobres e os 40% do meio como um todo, serão analisadas oito variáveis derivadas a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD): renda média; parcela da renda total absorvida por cada grupo; porcentagem da renda oriunda do não trabalho; nível de desocupação; porcentagem dos ocupados que são formais; anos de estudo médio dos ocupados; porcentagem dos ocupados que são empregadores; e porcentagem da população com acesso ao ensino superior. A escolha das variáveis foi baseada no próprio trabalho de Morgan (2017) e, principalmente, na obra de Lamounier e Souza (2010), que realizaram uma pesquisa junto à população brasileira para, dentre outros assuntos, identificar quais são os principais critérios definidores de classe média.

Essa monografia está dividida em cinco capítulos, sendo o primeiro esta introdução. No segundo foi realizada uma revisão bibliográfica do período de 2001 a 2015 no Brasil, com foco nos avanços na redução da pobreza e da desigualdade de renda quando medida pelas pesquisas domiciliares; nos avanços no acesso à educação e na formalização do emprego; e nos estudos que mostram a manutenção da desigualdade no topo. No terceiro capítulo foi explicada a metodologia, com enfoque em como definir classe média, especialmente a partir da pesquisa de Lamounier e Souza (2010); na discussão das limitações que as pesquisas domiciliares apresentam em representar adequadamente a renda dos mais ricos; e também na justificativa das escolhas das variáveis que serão utilizadas no estudo. No quarto capítulo foram apresentados os resultados e no quinto foram expostas as considerações finais.

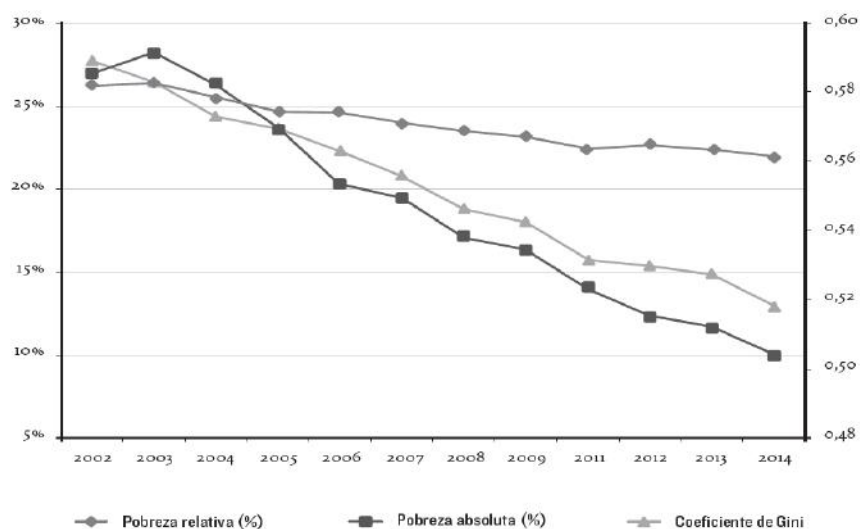
## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Este capítulo fará uma revisão bibliográfica sobre o período, que vai aproximadamente do começo do século XXI até a aprovação do teto de gastos em 2016, em que ocorreu o experimento de redistribuição como denominado por Kerstenetzky (2017). Será dado enfoque nos seguintes pontos: estudos que calcularam queda na redução da pobreza e desigualdade de renda; avanços no acesso à educação e na formalização do emprego; e trabalhos que utilizaram fontes de dados alternativas às *surveys* e mostraram manutenção da concentração de renda no topo.

### 2.1 AVANÇOS NA REDUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE DE RENDA

É inegável que a primeira década e meia do século XXI foi um período de avanço social no Brasil. Entre 2003 e 2014 houve a maior redução de pobreza absoluta desde 1976, um total de 18%, enquanto que a pobreza relativa também caiu 6% em um momento em que esse indicador subiu 0,6% nos países desenvolvidos. Soma-se a isso o fato de que essa foi a primeira vez desde os anos 1960 em que houve queda de pobreza junto com queda de desigualdade de renda quando medida apenas por meio das pesquisas domiciliares, não sendo a queda da pobreza resultado apenas do crescimento econômico (KERSTENETZKY, 2017). O gráfico 1 mostra a evolução destes três indicadores (pobreza relativa, pobreza absoluta e coeficiente de Gini) entre 2002 e 2014.

**Gráfico 1 - Evolução da pobreza absoluta e relativa e da desigualdade no Brasil (2002-2014).**

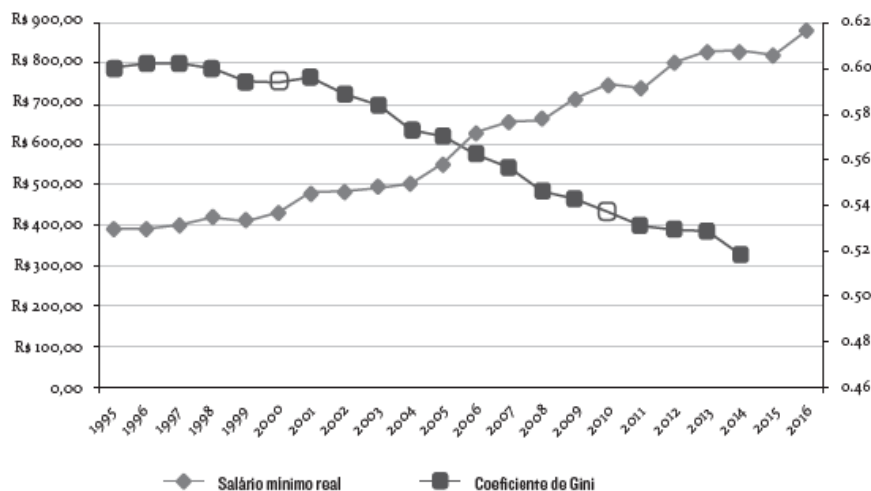


Fonte: Kerstenetzky (2017, p. 17)



O principal motor de redução da desigualdade de renda foi a política de valorização do salário mínimo (SM). Como pode ser observado no gráfico 2<sup>1</sup>, entre 1995 e 2016 há uma grande correlação entre aumento real do SM e queda no coeficiente de Gini (KERSTENETZKY, 2017).

**Gráfico 2 - Evolução do salário mínimo real e coeficiente de Gini (1995-2016)**



Fonte: Kerstenetzky (2017, p.19)

Brito et al (2017) realizaram um estudo empírico para avaliar o impacto da valorização do SM na queda de desigualdade de renda entre 1995 e 2014 e chegaram ao seguinte resultado: 34,3% da queda pode ser atribuída às aposentadorias e pensões previdenciárias equivalentes a 1 SM (15,5% para mudanças na distribuição da população que é beneficiária e 18,8% para a valorização do SM); 21,2% aos trabalhadores que recebem 1 SM (9,2% para mudanças na distribuição e 12% para a valorização do SM); e 8,8% ao efeito do Benefício de Prestação Continuada (BPC)<sup>2</sup> (metade desse valor é referente às mudanças na distribuição e a outra metade à valorização do SM). Ou seja, considerando todos os mecanismos de transferência que estão atrelados ao SM, eles foram responsáveis por 64,3% da queda do coeficiente de Gini<sup>3</sup>, sendo mais forte o sistema previdenciário (contributivo ou não) (BRITO et al, 2017). A valorização do SM também foi importante na redução da pobreza, tanto na incidência (responsável por 38,2% da queda entre 2002

<sup>1</sup> Apesar de o gráfico 2 abranger o período de 1995-2016, a partir de 2001 é que começa a haver uma maior queda no coeficiente de Gini e aumento do salário mínimo real, ou seja, dentro do marco temporal que essa revisão bibliográfica engloba.

<sup>2</sup> O valor do BPC é equivalente a um salário mínimo.

<sup>3</sup> O 35,7% restante é referente a doações, aluguéis, programas sociais variados, juros e dividendos, pensões superiores ao SM e renda do trabalho superiores ao SM (BRITO et al, 2017).

e 2013), quanto na intensidade (39,4%) e na severidade (40,6%) (BRITO & KERSTENETZKY, 2019).

Assim, a Constituição Federal de 1988 (CF 88) foi fundamental para a redução da pobreza e da desigualdade de renda pois foi ela que instituiu o SM como piso dos benefícios previdenciários e definiu que esse valor deve ser compatível com uma vida material digna, o que implica na sua valorização real (KERSTENETZKY, 2017). Mais do que isso, argumenta Arretche (2018), ao incluir na carta pontos como sistemas universais de saúde e educação básica, é finda a dicotomia até então existente entre *insiders* e *outsiders*, sendo os primeiros aqueles que estavam inseridos nas políticas públicas, que eram majoritariamente voltadas para os inseridos no mercado de trabalho formal, e os segundos aqueles que estavam de fora. A partir daí, considerando que a participação eleitoral dos pobres, pouco qualificados e informais é alta no Brasil e esse grupo representa um número considerável de votantes, partidos de esquerda e também os conservadores tendem a atender as demandas desse grupo que é dependente das transferências de renda vinculadas ao SM e dos sistemas únicos de saúde e educação (ARRETCHE, 2018).

## 2.2 AVANÇOS NAS CONDIÇÕES DE EMPREGO E ACESSO À EDUCAÇÃO

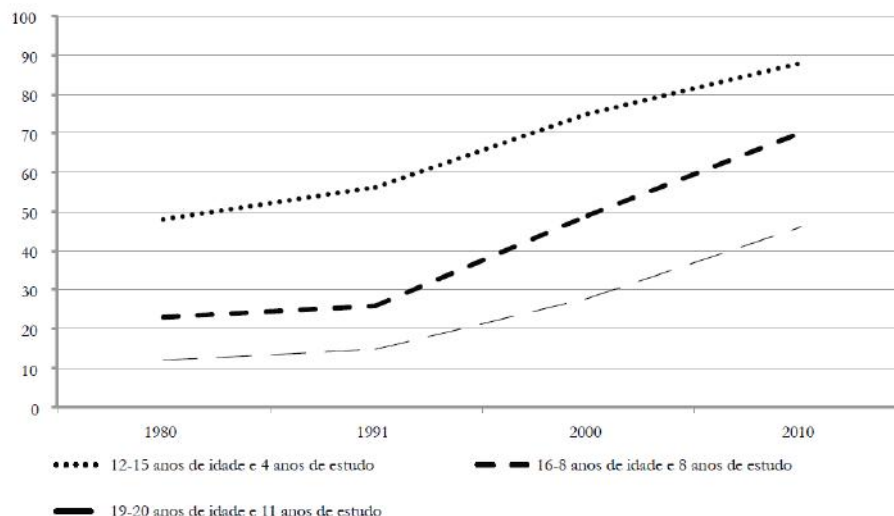
Historicamente, o Brasil sempre foi atrasado em relação ao acesso à educação. Como mostra o gráfico 3<sup>4</sup>, a escolaridade se manteve praticamente constante entre 1980 e 1991 e, a partir daí, evoluiu continuamente até 2010. Isso ocorreu através de medidas adotadas para universalizar o ensino, em especial o fundamental. A CF 88 definiu que deveriam ser gastos no mínimo 25% das receitas de estados e municípios em educação, mas a aceleração da oferta só ocorreu com a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Fundamental e Valorização do Magistério em 1996. Assim, em 2010, as taxas de matrículas eram em torno de 100% e 90% da população completou pelo menos 4 anos na escola. Se em 1980 apenas um quarto dos jovens com 19-20 anos haviam completado o ensino médio, esse número passou para quase metade em 2010. Além disso, é preciso analisar se houve diminuição na desigualdade na performance. Em relação ao ensino fundamental, houve um grande incremento na probabilidade de um jovem de origem mais pobre completar essa etapa; já no ensino médio, o efeito renda ainda é considerável e a

---

<sup>4</sup> A escolha pelo uso desse gráfico se deu, pois, apesar de começar em 1980, ele mostra que o avanço na taxa de escolaridade que se inicia em 1991 continua a partir de 2001 até 2010, ou seja, dentro do marco temporal dessa revisão bibliográfica.

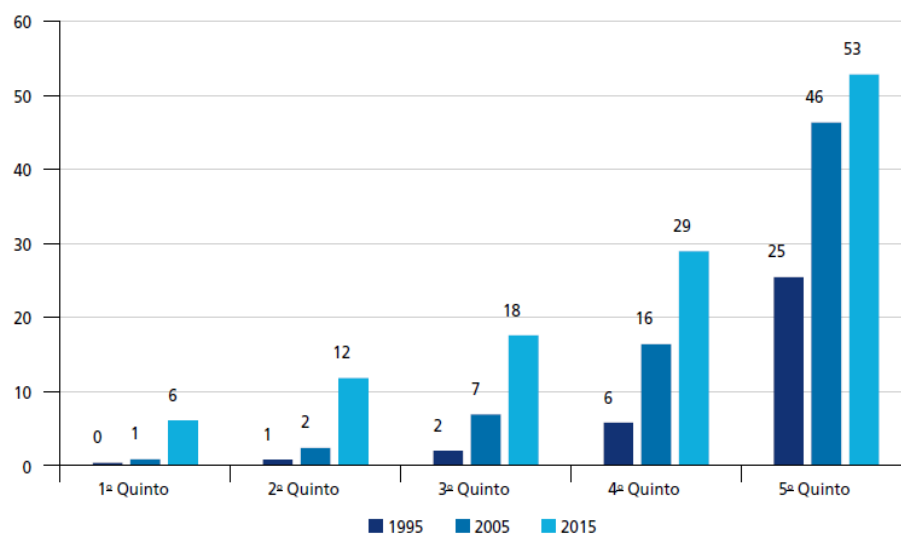
probabilidade de um jovem mais pobre completar esse nível é menor se comparada ao fundamental. (ARRETCHÉ, 2018).

**Gráfico 3 - Trajetórias das taxas de escolarização por idade (Brasil, 1980-2010)**



Fonte: Arretche (2018, p.10)

Também houve avanços em relação à oferta de ensino superior. A partir de 1995 houve uma grande expansão na proporção de jovens de 18-24 anos que estavam na universidade, sendo que de 1995 a 2005 esse aumento favoreceu principalmente a camada dos 40% mais ricos; já de 2005 até 2015 a população mais pobre também se beneficiou, como pode ser visto no gráfico 4. Esse resultado faz sentido quando considerado que o período de 2005 a 2015 foi de execução de políticas públicas que visavam aumentar e democratizar o acesso ao ensino superior, como o ProUni, o FIES, o sistema de cotas e a expansão de vagas em universidades públicas. Inclusive, as universidades públicas, em comparação com as privadas, apresentam maior proporção de estudantes residentes de áreas não metropolitanas, que são pretos ou pardos ou que são de baixa renda. Tudo isso contribuiu para que, principalmente a partir de 2009, o gasto em educação superior pública tenha se tornado mais progressivo: em 2002, os 20% mais ricos se apropriavam de 58% dessa despesa; já em 2015, essa proporção passou para 36%. Com isso, a educação terciária, que antes era um fator que contribuía para o aumento do índice de Gini, passou a ser neutra nos últimos anos (COSTA et al, 2021).

**Gráfico 4 – Taxa de frequência líquida de jovens de 18-24 anos no ensino superior (em %)**

Fonte: Costa et al (2021, p. 12)

O mercado de trabalho também passou por mudanças nos primeiros anos do século XXI. A informalidade entre 2004 e 2014 caiu de cerca de 50% para 34% da população ocupada, sendo esse o principal motor da redução da desigualdade salarial. Uma das explicações para tal fenômeno vem da interferência direta do Governo por meio de: facilidade que trabalhadores informais têm de contribuírem para a previdência como microempreendedores individuais ou como contribuintes individuais; simplificação tributária e acesso a crédito de bancos públicos, o que facilita a formalização de negócios; a emenda constitucional que regulamentou o emprego doméstico; maior monitoramento de postos de trabalho; e ação efetiva da justiça do trabalho (KERSTENETZKY, 2017).

Barbosa Filho e Moura (2015) realizaram um estudo para analisar a queda da informalidade sob a ótica da oferta de trabalho entre 2002 e 2012. Os principais resultados obtidos apontam para: maior incidência de informalidade nas regiões não metropolitanas; a maior participação de trabalhadores escolarizados explica a maior parte da queda desse índice; e o principal canal de formalização é a transição direta do mercado informal para o formal, bem como a contratação sob regime formal de trabalhadores que antes estavam desocupados. (BARBOSA FILHO & MOURA, 2015).

### 2.3 USO DE FONTES DE DADOS ALTERNATIVAS E A MANUTENÇÃO DA CONCENTRAÇÃO NO TOPO

Os resultados que indicam redução de desigualdade de renda no Brasil mostrados até aqui utilizam como fonte única de dados as pesquisas domiciliares, em particular a PNAD. No entanto, esse tipo de pesquisa apresenta uma dificuldade inerente em captar corretamente os rendimentos dos mais ricos, com tendência à subestimação.<sup>5</sup> Estudos que utilizam as informações da PNAD e também da Declaração de Imposto de Renda sobre a Pessoa Física (DIRPF) mostram um panorama diferente, em que a concentração de renda no topo da distribuição entre 2006 e 2012 se manteve constantemente alta. Em média, o 0,1% mais rico se apropriou de praticamente 11% da renda total, o 1% mais rico (incluindo o 0,1% do topo) de 25% e os 5% mais ricos de 44%. Esses valores se mantiveram estáveis em todo o período, com leve tendência de alta. A concentração é tão alta que mesmo no topo há desigualdade, com o 0,1% mais rico tendo 43% da renda do 1% rico e quase 25% da renda dos 5% mais ricos (MEDEIROS et al, 2015a).<sup>6</sup>

O resultado se mantém parecido mesmo quando o cálculo é feito com diferentes denominadores de renda<sup>7</sup> e de população<sup>8</sup> (MEDEIROS et al, 2015a), com a estratificação de diferentes tabulações de dados<sup>9</sup>, com uma metodologia diferente para o encaixe das diferentes bases de dados ou pelo cálculo de diferentes índices medidores de desigualdade<sup>10</sup> (MEDEIROS & SOUZA, 2016). Além disso, há estabilidade de concentração de renda no 1% mais rico mesmo quando observadas apenas as informações das três principais pesquisas domiciliares do país, o que apenas muda é a magnitude dessa apropriação, sendo maior quando medida pelo Censo, seguida pela Pesquisa Orçamentária Familiar (POF) e depois pela PNAD (MEDEIROS et al, 2015a). O período de 2006 a 2012 foi de crescimento econômico e, entre 2006 e 2009, o crescimento foi apropriado de forma desigual pelos mais ricos. Entre 2009 e 2012 houve uma distribuição mais

---

<sup>5</sup> Para uma discussão mais detalhada sobre essa limitação das pesquisas domiciliares, ver seção 3.2

<sup>6</sup> O estudo de Barros et al (2006) vai de contraponto a esse argumento de que a PNAD subestima a renda apenas dos mais ricos pois, ao comparar essa pesquisa com a Pesquisa Orçamentária Familiar e as Contas Nacionais, os autores concluíram que há uma subestimação relativamente homogênea ao longo de toda a distribuição de renda, o que tornaria a PNAD eficaz para realizar cálculos de desigualdade de rendimentos.

<sup>7</sup> Renda monetária familiar, renda bruta disponível das famílias (soma da despesa final de consumo e da poupança bruta das famílias), 66,7% do PIB ou 100% do PIB.

<sup>8</sup> População total ou a partir de 15, 18, 20 e 25 anos.

<sup>9</sup> Dados da DIRPF estratificados em múltiplos do SM ou por décimos das declarações anuais

<sup>10</sup> Coeficiente de Gini, Índice de Mehran, e Índice de Kakwani.

equilibrada, no entanto, a mudança ainda foi tímida. Nos 7 anos de análise, os 50% mais pobres se aproveitaram de 12% do crescimento, enquanto que os 5% tiveram metade do ganho e o 1% mais rico 28% (MEDEIROS et al, 2015b).<sup>11</sup>

Souza (2018) utiliza os dados da DIRPF com uma metodologia diferente, mas chega no mesmo resultado da manutenção da alta concentração de renda no topo da distribuição entre 2006 e 2013. Os rendimentos isentos de tributação (lucros e dividendos) foram a principal fonte de renda do 1% mais rico, seguido dos rendimentos brutos tributáveis (principalmente remuneração do trabalho) e dos tributados na fonte (ganhos de capital e rendimentos financeiros). Para explicar tal fenômeno, o autor se debruça no caráter inercial da desigualdade, que tem forte ligação com as instituições brasileiras. A redemocratização e a CF 88 poderiam ter representado uma ruptura dessa antiga ordem, e, apesar de ela ter trazido vários avanços, não foi capaz de superar o corporativismo e gerar substantivas quedas na desigualdade (SOUZA, 2018).

Por exemplo, a partir da POF 2008-2009, foi calculado que o saldo líquido dos fluxos monetários diretos entre Estado e famílias brasileiras (transferências e remuneração dos servidores subtraído dos impostos diretos) é mais concentrado entre os mais ricos do que as rendas do setor privado, além de que houve aumento do prêmio salarial do funcionalismo público. Em termos tributários, o Estado também não atua de forma progressiva, com baixa participação de impostos sobre renda e patrimônio e maior peso no consumo, peso desproporcional de tributação indireta e redução da alíquota máximo do imposto sobre renda a partir de 1998 (SOUZA, 2018). Nesse sentido, a CF 88 apresenta um limite para a redução da desigualdade, pois, ao manter a tributação regressiva e estipular o aumento de gastos sociais, os mesmos são em boa parte financiados pelos próprios beneficiários de maneira indireta (KERSTENETZKY, 2017). Ainda, há outras vantagens institucionais para os mais ricos e que são mais difíceis de serem mensuradas como: sistema judicial lento e pouco eficiente; fraqueza das agências regulatórias; proteção indiscriminada da indústria nacional para alguns setores específicos; e acesso privilegiado ao crédito público subsidiado. Já alguns pontos geradores de desigualdade nem foram afetados por políticas públicas,

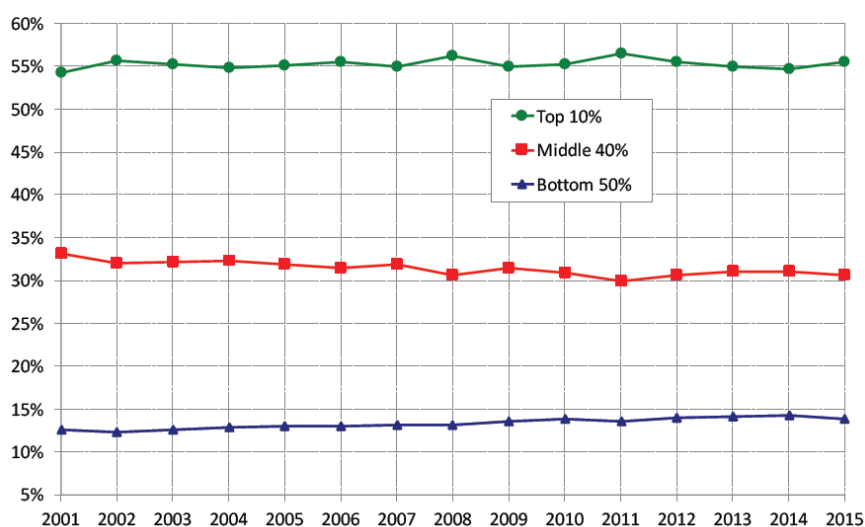
---

<sup>11</sup> Essa discussão sobre apropriação do crescimento dialoga com o conceito de compartilhamento da prosperidade, trabalhado por Kenworthy (2020), que diz que em boas sociedades os pobres e os do meio devem se beneficiar de forma significativa do crescimento econômico.

tais como estrutura fundiária, distribuição de riqueza e distribuição funcional da renda (SOUZA, 2018).

Um outro trabalho que busca se aprofundar na medição da concentração de renda no Brasil é o de Morgan (2017), em que o autor utiliza de informações da DIRPF, da PNAD e das Contas Nacionais para chegar nas *distributional national accounts* (DINA) e estimar diversos pontos sobre a distribuição brasileira entre 2001 e 2015<sup>12</sup>. Ou seja, o autor calculou uma nova distribuição de renda para o Brasil baseado nas informações obtidas nas três fontes mencionadas anteriormente. O resultado mais significativo deles é o apresentado no gráfico 5, que mostra que no período analisado houve uma grande divisão entre o topo e o restante da população e esse topo se manteve com a concentração constante, enquanto houve uma compressão nos 90% de baixo. Como os 50% mais pobres apresentaram um crescimento na participação total da renda, esse avanço se deu às custas dos 40% do meio, denominados pelo autor de *squeezed Middle 40%* (MORGAN, 2017).

**Gráfico 5 – Desigualdade de renda no Brasil: Estimativas da DINA**



Fonte: Morgan (2017, p. 19)

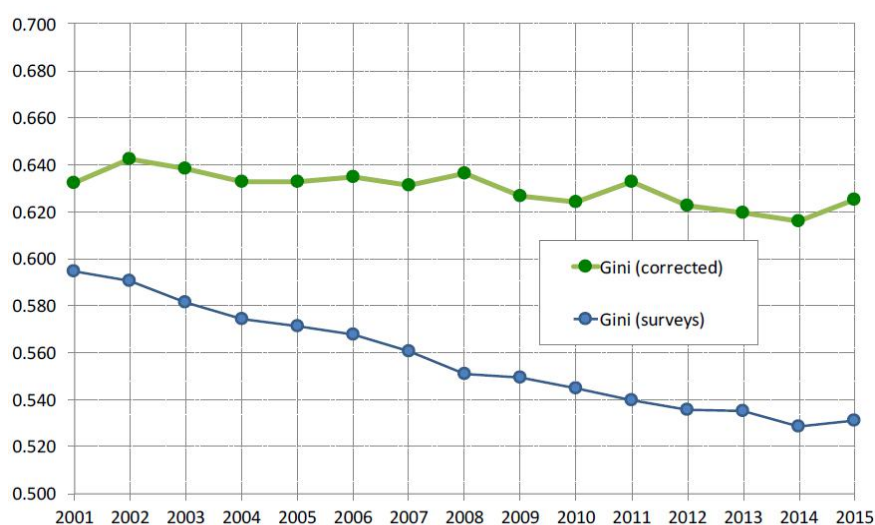
Quando confrontado com as estimativas alcançadas utilizando apenas a PNAD, os 10% mais ricos na DINA possuem uma parcela da renda total maior (cerca de 8% a mais em 2001 e 16% em 2015); enquanto que os 40% do meio (diferença de cerca de 8% em 2001 e 12% em 2015) e os 50% mais pobres (diferença de cerca de 3% em 2001 e 5% em 2015) possuem uma parcela

<sup>12</sup> Para mais detalhes sobre a metodologia empregada pelo autor, ver seção 3.2

menor na DINA do que se comparado com a pesquisa domiciliar. Um outro ponto relevante é que o 1% do topo também aumentou a sua participação na renda nacional no período e que essa evolução é que pode estar sendo às custas do 40% do meio. (MORGAN, 2017).

Ainda, o autor contextualiza a magnitude da desigualdade brasileira em níveis internacionais: Enquanto o 1% mais rico possui um nível de renda comparável com o de países desenvolvidos, a renda média em 2015 dos 40% do meio no Brasil é menor do que a dos 50% mais pobres na França e nos Estados Unidos. Isso, para o autor, é a justificativa para estipular que no país a classe média como tradicionalmente entendida nos países ricos não é muito grande e está localizada mais próxima do topo da distribuição do que da mediana. Por outro lado, um avanço no período foi o da queda da desigualdade de renda do trabalho: A parcela dos 10% mais ricos caiu 4%, os 40% do meio se mantiveram estáveis e os 50% mais pobres experimentaram um aumento maior do que foi medido usando apenas as pesquisas domiciliares (18% vs 11%). A queda na concentração é ainda maior se focar apenas no setor privado formal. Isso tudo leva a crer que a distribuição de retornos de capitais teve um papel de destaque na manutenção da desigualdade em altos patamares. Como era de se esperar, o índice de Gini se comportou de maneira diferente usando os resultados da DINA, como mostrado no gráfico 6. Se comparado com o cálculo feito usando a PNAD, ele também apresentou queda no período, no entanto, está em um nível mais alto e o declínio foi consideravelmente menor (MORGAN, 2017)

**Gráfico 6 – Índice de Gini no Brasil: 2001-2015**



Fonte: Morgan (2017, p.22)



Em termos de apropriação do crescimento econômico, os 40% do meio foram o único grupo cuja renda cresceu abaixo da média da população. O 1% mais rico cresceu 28%, enquanto que os 50% mais pobres tiveram um aumento de 28%. Em termos gerais, os 10% mais ricos se apropriaram de 63% de todo o crescimento no período, sendo 40% referente à parcela do 1% do topo. Por conta do seu baixo nível de renda, os 50% mais pobres só se apropriaram de 13%. Já com relação à depressão que o Brasil enfrentou no final do período de análise, o declínio foi proporcionalmente maior para os 90% de baixo; já o 0,1% mais rico apresentou crescimento positivo de renda nesses anos. Esse é um indicativo que recessões domésticas impactam proporcionalmente mais os pobres, pelo menos no curto prazo, já que os mais ricos possuem maior diversidade de canais de receita e mais controle sobre sua remuneração final, além da remuneração de terceiros (MORGAN, 2017).<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Além dos estudos citados nesse capítulo, que focam principalmente na parcela da renda total absorvida por cada estrato e em índices de concentração de rendimentos, também existe o debate sobre a desigualdade de renda no Brasil pela ótica da distribuição funcional de renda. Hallak Neto & Saboia (2014) estimam que de 1995 até 2004 houve perda da participação das remunerações na renda nacional; já de 2004 até 2009 houve aumento da participação das remunerações. O rendimento de capital se comportou de maneira oposta, com crescimento até 2004 e subsequente queda, o que significa queda na desigualdade. Por outro lado, Gonçalves (2018) aponta para a manutenção dos níveis da relação entre salário e rendimento misto sobre a renda total entre 2000 e 2014, o que implica que não houve alterações na estrutura da distribuição de renda.

### 3 METODOLOGIA

Como dito no capítulo 1, essa monografia busca responder três perguntas sobre os 40% do meio entre 2001 e 2015: Os 40% do meio são um grupo homogêneo em termos de renda, condição de emprego e acesso ao ensino superior? Todos os vigésimos dentro desse grupo possuem características consideradas de classe média? Quais foram os vigésimos que mais se aproveitaram da prosperidade que ocorreu entre 2001 e 2015? A escolha da ênfase dada aos 40% do meio surgiu a partir do trabalho de Morgan (2017) visto na seção 2.3, que defendeu que todo o crescimento da apropriação da renda dos 50% mais pobres se deu às custas desse grupo intermediário e questiona muitos dos supostos avanços na distribuição de renda que foram discutidos na seção 2.1. Como visto na seção 2.2, no período também houve avanço tanto no acesso ao ensino superior quanto nas condições de emprego, portanto, esse trabalho busca entender como essas melhorias foram distribuídas nos 40% do meio. A apropriação da prosperidade econômica que ocorreu no período por diferentes estratos de renda também foi tema de estudos analisados na seção 2.3, portanto, é de interesse desse trabalho analisar quais foram os vigésimos que foram os “vencedores” nesse período de crescimento.

Nesse capítulo será apresentada a metodologia utilizada para alcançar os resultados mostrados no quarto capítulo. Os 40% por meio da distribuição de renda serão divididos em oito grupos de 5%, chamados de vigésimos. O primeiro vai do percentil 51% até o percentil 55% e será denominado p51-p55 e assim sucessivamente até o p86-p90. Será utilizada a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 a 2015 para investigar as seguintes variáveis nos oito vigésimos dos 40% do meio, bem como nos 10% mais ricos e nos 50% mais pobres: renda média; parcela da renda total absorvida por cada grupo; porcentagem da renda oriunda do não trabalho; nível de desocupação; porcentagem dos ocupados que são formais; anos de estudo médio dos ocupados; porcentagem dos ocupados que são empregadores; e porcentagem da população com acesso ao ensino superior. Esse capítulo está dividido em três seções: na primeira serão discutidas as diferentes formas de classificar a classe média, dando enfoque nos indicadores coletados na pesquisa de Lamounier e Souza (2010); na segunda será feita uma discussão sobre as limitações da PNAD em estimar precisamente a renda dos mais ricos e a justificativa do porquê será utilizada

essa base de dados; e por fim, na terceira será explicado a escolha das variáveis que serão analisadas e que foram listadas acima.

### 3.1 COMO DEFINIR A CLASSE MÉDIA?

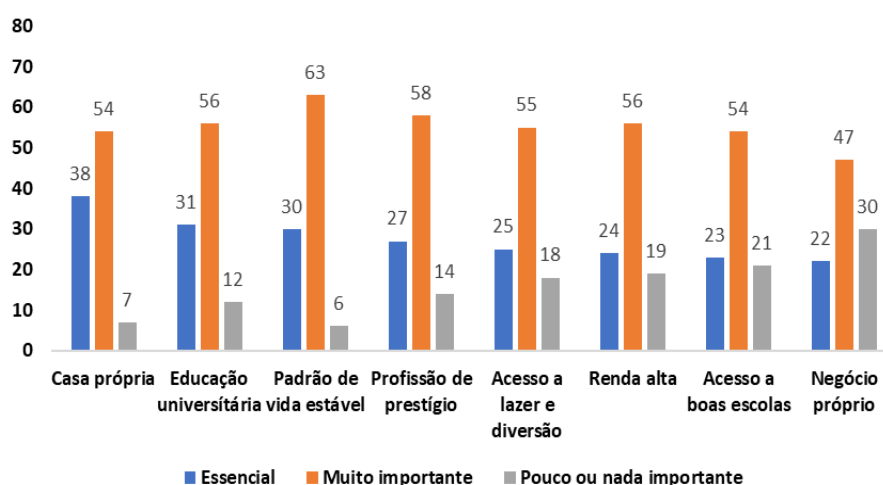
Existem diversas maneiras que são usadas para definir classe média. Algumas são baseadas exclusivamente em critérios relacionados à renda (ATKINSON & BRANDOLINI, 2014; NERI, 2008). Piketty (2014), por exemplo, separa as classes populares (50% mais pobres), as classes superiores (10% mais ricos) e as classes médias (40% do meio). No entanto, o próprio autor admite que essas são denominações “arbitrárias e discutíveis” (PIKETTY, 2014, p.245). O seu uso está mais baseado na ideia de que a classe média, em geral, é designada para se referir a pessoas que “se saem melhor do que a massa da população, permanecendo, entretanto, distantes da verdadeira elite” (PIKETTY, 2014, p.246). Ainda adiciona: “Porém, tudo isso é contestável e não pretendemos tomar qualquer posição sobre essa delicada questão linguística e política”. (PIKETTY, 2014, p.246). Também existem critérios que levam em consideração a posse de ativos físicos e financeiros ou então o tipo de ocupação que o indivíduo possui (ATKINSON & BRANDOLINI, 2014).

No entanto, esta seção irá se debruçar sobre a pesquisa realizada por Lamounier e Souza (2010) e publicada no livro *A Classe Média Brasileira – Ambições, valores e projeto de sociedade* e que quantifica as percepções sobre a classe média por parte da população brasileira. As informações apresentadas na obra são provenientes de 2 pesquisas diferentes, todas organizadas pelo IBOPE. A primeira foi realizada entre 4 e 14 de novembro de 2008, sendo o seu braço qualitativo feito junto a grupos de discussão com homens e mulheres que são das classes A, B, C, D ou E e moram em São Paulo, Porto Alegre e Recife, Lageado ou Timbaúba. O braço quantitativo foi realizado com 2002 eleitores de 141 municípios cuja amostra foi selecionada probabilisticamente e por cotas de gênero, idade, instrução e setor de atividade, tendo margem de erro de dois pontos percentuais. A segunda pesquisa também é de cunho quantitativo e foi feita entre 11 e 15 de março de 2009 sob os mesmos critérios de seleção mencionados (LAMOUNIER & SOUZA, 2010). O livro apresenta os resultados em capítulos temáticos. No capítulo de renda e consumos são vistos pontos como posse de bens, endividamento, consumo de serviços e intenção de compra. No de educação e mobilidade, são vistos pontos como aspirações educacionais para os filhos, nível e qualidade de educação recebida, se e onde realizou educação profissional e a

posicionamento sobre universidades públicas gratuitas e cotas no vestibular. No de empreendedorismo, pontos como posse de negócios próprios, planos e motivações para empreender e obstáculos para investir em negócio próprio são abordados. No capítulo sobre capital social valores e projetos de vida são tratados assuntos como questões sociais e econômicas e morais e transgressões que são considerados problemas extremamente graves, confiança em relacionamentos pessoais e em grupos e organizações da sociedade civil, religiosidade e participação religiosa, causas de criminalidade, sentimento de segurança e avaliação da justiça. No capítulo sobre atitudes políticas e democracia são abordadas questões como opiniões sobre democracia, interesse e compreensão sobre política, fontes usadas para informação, confiança em instituições públicas, identificação com esquerda ou direita e razões para ter orgulho do Brasil (LAMOUNIER & SOUZA, 2010).

Ainda há o capítulo que trata sobre o que é classe média. Nele são tratados pontos como identidade de classe e expectativa de classe que os filhos pertencerão no futuro. O resultado apresentado mais importante para o presente trabalho é o exposto no gráfico 7, que mostra os fatores definidores de classe média de acordo com os próprios entrevistados<sup>14</sup> (LAMOUNIER & SOUZA, 2010).

**Gráfico 7 – Fatores que definem classe média (porcentagem)**



Fonte: Lamounier e Souza (2010), p.23

<sup>14</sup> Essa pergunta foi respondido pelos participantes da pesquisa quantitativa realizada entre 4 e 14 de 2008.

A importância dessas informações deriva do fato que elas serão usadas para basear a escolha das variáveis<sup>15</sup> a serem analisadas no terceiro capítulo. A inspiração para a escolha de Lamounier e Souza (2010) como fonte para a estipulação dos critérios definidores de classe média veio do estudo de Kerstenetzky, et al (2015), que utilizaram as informações da POF 2008-09 para averiguar em que medida os brasileiros pertencentes à chamada “Nova Classe Média”<sup>16</sup> possuem as características identificadas nessa pesquisa. Para além disso, é interessante que o trabalho dialogue com o que a população acredita sobre o tema, evitando definições que não representem a realidade brasileira ou que não façam sentido para os leitores do estudo, sendo assim a percepção do brasileiro sobre o que é classe média. O uso dessa referência também se justifica pelo fato de que essa monografia não pretende entrar no debate acadêmico sobre como definir esse grupo, portanto, se baseando apenas na pesquisa com a população. Contudo, mesmo que fosse a intenção adentrar no debate acadêmico, as respostas obtidas em Lamounier e Souza (2010) vão ao encontro de teorias sociais de autores como Bordieu, que utiliza empiricamente marcadores de gostos, padrões de consumo, títulos ocupacionais e credenciais educacionais (SOUZA, 2018), bem como as teorias em que a segurança econômica é levada em consideração (ATKINSON & BRANDOLINI, 2014). Ainda, apesar de nem todos os critérios expostos no gráfico 7 serem objetivos, eles dão margem para que sejam estabelecidas *proxies* com informações disponíveis na PNAD, possibilitando que seja realizada uma análise estatística descritiva.

### 3.2 BASE DE DADOS

O presente trabalho usará a PNAD de 2001 a 2015<sup>17</sup> como fonte de dados para realizar a investigação empírica. Essa *survey*, assim como outras pesquisas da mesma natureza, possuem a limitação de não observarem ou não captarem adequadamente a renda da camada mais rica da população. Isso pode ocorrer pela relutância dos mais abastados em divulgar todas as suas fontes de recursos, em especial os seus ativos; pela possível recusa desse estrato em responder uma extensa pesquisa desse porte, que leva um considerável tempo para ser preenchida; e pela possível dificuldade de os entrevistadores conseguirem adentrar os condomínios de luxo em que eles

---

<sup>15</sup> Para a justificativa da escolha dessas variáveis, ver seção 3.3.

<sup>16</sup> Domicílios que recebem entre R\$ 1052,00 e R\$ 4537,00 mensais (Kerstenetzky et al, 2015).

<sup>17</sup> Em 2010 não foi realizada a PNAD por ter sido esse o ano que foi realizado o Censo Demográfico. Dessa forma, não foi colhida nenhuma informação referente a 2010 nesse trabalho.

moram. Além disso, é possível que os ricos também nem sempre saibam sua renda total, o que pode gerar subestimações. (MORGAN, 2017).

Para ultrapassar esse problema, Morgan (2017) mescla as informações da PNAD, de dados fiscais e das Contas Nacionais para chegar nas sérias da DINA. Para isso, o autor corrige a renda observada na *survey* utilizando os dados fiscais e técnicas de interpolação de Pareto; depois, concilia essas estimativas com a renda nacional antes da taxaço, ao pegar a renda de capital não-fiscal e as contribuiçoes sociais disponíveis nas contas nacionais e imputá-las à distribuiço a partir da PNAD; por fim, constrói uma distribuiço da renda do trabalho utilizando essas três fontes<sup>18</sup> (MORGAN, 2017)

Os dados fiscais vêm da DIRPF de 2007 a 2015 que foram liberados pela Receita Federal do Brasil (RFB). Não há micro dados dessas informações, apenas uma tabulaço com o número de declarantes por faixa de renda (11 extratos até 2013 e 17 em 2014 e 2015), que são expressos em unidades do salário mínimo (indo de meio salário até 160 vezes entre 2007 e 2013 e 320 vezes em 2014 e 2015). Os números da DIRPF capturam melhor os mais ricos, pois a declaraço é obrigatória a partir de certos níveis de renda e, em muitos casos, ela é reportada por terceiros. A evasão é sempre uma preocupação ao lidar com esse tipo de base, no entanto, para o caso brasileiro, há alguns fatores que mitigam esse problema. Em primeiro lugar, algumas partes importantes da renda de capital, como os dividendos, são isentas da DIRPF, o que reduz os incentivos para subdeclarar. Comparando os dividendos dos dados fiscais com os das Contas Nacionais, a diferença é, em média, em torno de 3%. Em segundo lugar, ganhos de capitais e juros vindo de investimentos financeiros são taxados na fonte em uma tarifa fixa ou variável a depender da natureza e da maturidade da inversão. E isso é facilitado pelo sistema de monitoramento da RFB, que checa a declaraço individual com as informações fornecidas pelos bancos. Ainda assim, algum nível de erro é esperado, além da possibilidade de outras fontes de rendimentos serem subdeclaradas (em especial alugueis e renda de trabalho por conta própria). Também foram usados dados de rendimentos de empregados provenientes do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que estão apresentados em forma de tabulaço com 15 intervalos baseados em múltiplos do salário mínimo. (MORGAN, 2017)

---

<sup>18</sup> Para mais detalhes sobre como esse processo é feito, ver Morgan (2017).

Para os dados das Contas Nacionais, são utilizadas as Contas Econômicas Integradas (CEI), que são disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para todas as variáveis necessárias, com exceção dos valores dos aluguéis imputados, que saem das Tabelas de Recursos e Usos (TRU), também do IBGE. Com essas informações, é possível saber para quem na hierarquia a renda está indo, já que como o resultado final é uma distribuição da renda nacional (e não renda fiscal ou disponível), ela dá um *insight* em como os recursos econômicos estão dispersados, o que inclui empresas, fundos de pensão, seguradoras, etc. Além disso, por estar ancorada nas Contas Nacionais, a DINA permite distribuir o produto do crescimento macroeconômico (MORGAN, 2017).

A tabela 1 mostra que os dados fiscais são úteis para captar quase todos os rendimentos de capital, mesmo que ela só alcance 20% dos adultos (os mais ricos), mas não cobrem muito bem os ganhos de trabalho. Isso é mais uma demonstração da concentração de renda de capital no Brasil, bem como a limitação da PNAD em representar o total dos ganhos que são distribuídos no país. Já a tabela 2 expõe a magnitude da subestimação que a *survey* (e em menor medida, a junção dela com a DIRPF) apresentam em relação à renda dos mais ricos. Quanto mais alto é o estrato analisado, maior a discrepância entre as parcelas apresentadas pelas três fontes de dados.

**Tabela 1 – Comparação das rendas nas Contas Nacionais (CN), *survey* (PNAD) e dados de declaração de impostos (DIRPF)**

Ano	Renda total (% renda nacional)				Renda de trabalho (% renda nacional)				Renda de capital (% renda nacional)			
	<b>CN Renda Nacional</b>	CN Renda Fiscal	PNAD	DIRPF	<b>CN Renda Nacional de Trabalho</b>	CN Renda Fiscal de Trabalho	PNAD Renda de Trabalho	DIRPF Renda de Trabalho	<b>CN Renda Nacional de Capital</b>	CN Renda Fiscal de Capital	PNAD Renda de Capital	DIRPF Renda de Capital
2001	100%	78%	63%		71%	61%	53%		29%	17%	9%	
2002	100%	77%	62%		72%	62%	53%		28%	15%	9%	
2003	100%	74%	60%		71%	61%	51%		29%	13%	9%	
2004	100%	71%	58%		69%	59%	49%		31%	12%	8%	
2005	100%	72%	59%		70%	60%	51%		30%	12%	8%	
2006	100%	72%	60%		70%	61%	51%		30%	11%	9%	
2007	100%	71%	58%	42%	70%	60%	50%	33%	30%	11%	7%	9%
2008	100%	71%	58%	46%	70%	59%	50%	35%	30%	11%	8%	11%
2009	100%	73%	59%	46%	73%	62%	51%	35%	27%	12%	7%	11%
2010	100%	71%	56%	45%	70%	60%	49%	34%	30%	11%	7%	11%
2011	100%	71%	54%	46%	71%	60%	47%	34%	29%	11%	7%	12%
2012	100%	71%	56%	46%	71%	60%	49%	34%	29%	11%	7%	12%
2013	100%	71%	55%	45%	72%	60%	48%	33%	28%	11%	7%	12%
2014	100%	73%	57%	47%	73%	62%	50%	35%	27%	11%	7%	12%
2015	100%	75%	58%	49%	75%	64%	51%	36%	25%	11%	7%	13%

Fonte: Morgan (2017, p.10)

Tabela 2 – Parcela da renda no Brasil por grupo: 2015

Grupos de renda (distribuição de renda pré-imposto por adutos)	Série de Renda da <i>Survey</i> (dados da PNAD)	Série de Renda Fiscal (dados da PNAD + DIRPF)	Série de Renda Nacional (dados da PNAD + DIRPF + Contas Nacionais)
50% mais pobres	16,0%	12,6%	13,9%
40% do meio	43,6%	34,3%	30,6%
10% mais ricos	40,4%	53,1%	55,6%
1% mais rico	10,7%	23,6%	28,3%
0,1% mais rico	2,2%	10,9%	13,7%
0,01% mais rico	0,4%	5,4%	6,5%
0,001% mais rico	0,1%	2,5%	3,1%
<b>Total (% da Renda Nacional)</b>	<b>57,5%</b>	<b>72,9%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Morgan (2017, p.20)

Mesmo sabendo das limitações que a PNAD apresenta para representar a renda dos mais ricos, este presente estudo a utiliza como fonte única de informações. Isso porque serão analisados pontos além da renda dos vigésimos, como ocupação, formalização de emprego, empreendedorismo e acesso ao ensino superior, essenciais para investigar os indicadores de classe média que Lamounier e Souza (2010) definiram e que estão disponíveis na *survey*. O desafio seria encontrar uma forma de selecionar dentro da PNAD aquele grupo que Morgan (2017), classifica como sendo os 40% do meio da hierarquia. Como o esforço metodológico em realizar o encaixe entre as duas bases de dados está além da ambição dessa monografia, foi optado por utilizar a distribuição de renda como observada na *survey*. Isso implica que possivelmente os resultados apresentados no Capítulo 3 estarão subestimados em relação aos que seriam alcançados caso fosse possível auferir a real hierarquia de rendimentos do país. Ou seja, os vigésimos mais pobres dos 40% do meio da pesquisa provavelmente fazem parte dos 50% mais pobres da DINA, enquanto parte dos 10% mais ricos da pesquisa fazem parte dos 40% do meio da DINA. Mesmo com essa limitação, a escolha por usar apenas a PNAD se baseou na convicção de que esses dados dão um bom panorama da dinâmica de renda, condições de emprego e escolaridade da população brasileira, ainda que seja um retrato imperfeito. Além disso, como a PNAD será usada como fonte de dados única, a análise da variação e da trajetória dos indicadores extraídos dela continuarão



tendo muito valor, ainda que o nível possa não estar relacionado com o alcançado pela DINA. Também é importante ressaltar que o método de Morgan (2017) também não alcança a verdadeira distribuição de renda brasileira, tarefa que é virtualmente impossível com as informações que estão disponíveis.

### 3.3 VARIÁVEIS UTILIZADAS

Um dos objetivos desse trabalho é verificar se os 40% do meio eram um grupo homogêneo em questão de renda, escolaridade e condições de emprego entre 2001 e 2015. Isso porque Morgan (2017) coloca esse grupo intermediário como sendo uma classe única, sem realizar nenhum tipo de análise interna a ele em seu estudo. Por isso, esse grupo será dividido em oito vigésimos de 5% de distribuição de renda, havendo, assim, um nível maior de desagregação na análise, possibilitando visualizar diferenças e tendências intragrupo. O conceito de renda utilizado é o rendimento mensal per capita, exclusive agregados e menores de 10 anos, a não ser quando dito o contrário. A escolha do período (2001 a 2015) é baseada no artigo de Morgan (2017), que analisa esses mesmos anos e, como o presente trabalho busca examinar a tese da “classe média comprimida” desse autor, faz sentido utilizar a mesma linha temporal.

O outro objetivo é checar se todos os vigésimos dentro dos 40% do meio possuem característica de classe média. O critério para definição de classe média será baseado principalmente no *survey* de Lamounier e Souza (2010), mais especificamente as informações contidas no gráfico 7<sup>19</sup>. Como ter renda alta é uma das características, será analisada a renda média de cada grupo. Dentro dos 40% do meio, será considerada alta a renda média do vigésimo que estiver mais próxima da média dos 10% mais ricos do que dos 50% mais pobres. Também será analisada a parcela da renda total que cada vigésimo possui, o que será calculado somando toda a renda do grupo e dividindo pela soma do rendimento de toda a população. A justificativa para a escolha dessa variável se baseia no trabalho de Morgan (2017), já que o autor analisa a parcela de renda total dos 50% mais ricos, dos 40% do meio e dos 10% mais pobres; já o presente trabalho busca entender a magnitude da diferença de performance entre os vigésimos desse grupo intermediário.

---

<sup>19</sup> Seção 3.1

Ter um padrão de vida estável também é característica de classe média e uma das formas de medir isso é através da porcentagem da renda que é oriunda do não trabalho. Isso porque aqueles que dependem menos do trabalho estão mais seguros para o caso de passarem por desemprego, que está muito ligado aos ciclos econômicos, havendo assim, maior possibilidade de não diminuírem muito o padrão de vida. Essa variável foi calculada dividindo a soma da renda de trabalho pela soma da renda de todas as fontes dos vigésimos, o que representa a proporção da renda total que é oriunda do trabalho. Subtraindo 100 desse valor, encontra-se a porcentagem dos rendimentos provenientes do não trabalho. A renda do não trabalho engloba aposentadorias, pensões, aluguéis, juros de investimentos, doações e benefícios de programas de transferência de renda<sup>20</sup>. Além disso, essa variável utiliza um critério diferente de renda do que vinha sendo usado até aqui. Para esse ponto foi optado por utilizar a renda individual ao invés da familiar, considerando que também serão utilizadas outras variáveis voltadas para o nível individual e que serão apresentadas a seguir.

A próxima variável analisada é a porcentagem da população por vigésimo que está desocupada. Além de ser um indicativo de padrão de vida estável, também é importante para contextualizar a situação de ocupação dos grupos observados porque haverá outros pontos de análise baseados em condições de emprego. Em seguida, será vista a porcentagem dos ocupados que são formais. O critério utilizado para formalidade é aquele que contribui para algum instituto de previdência. A escolha dessa variável também está relacionada à busca pela medição do padrão de vida estável porque esses indivíduos formais, além de estarem contribuindo para possuírem uma aposentadoria no futuro, o que por si só gera estabilidade, têm boas chances de também receberem outros benefícios como seguro desemprego e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Ter uma profissão de prestígio também é uma das características de classe média e, apesar de ser bastante subjetivo o que é “de prestígio”, Lamounier e Souza (2010) sugerem que a ocupação é a combinação da renda com a escolaridade do indivíduo. Assim, uma forma de medir isso é observar os anos médios de estudo dos ocupados que não estão estudando, já que, quanto mais anos de estudo, teoricamente de mais prestígio é a profissão. Ter educação superior é outro

---

<sup>20</sup> Apesar de programas de transferência não ser uma fonte de renda característica de classe média, na PNAD ela é computada junto com juros de investimentos, não sendo possível realizar a separação.

critério definidor de classe média e, para medir isso, será calculada a porcentagem da população que não é estudante cuja série mais alta frequentada tenha sido o ensino superior, mestrado ou doutorado. A escolha por selecionar apenas os não estudantes, ao invés de fazer uma seleção por idade, é que, como há a possibilidade de existir uma “classe média ascendente”, pode ser que muitos indivíduos estejam conseguindo o seu diploma superior em idades mais avançadas. Por fim, possuir negócio próprio também é um critério definidor de classe média, que será calculado pela porcentagem dos ocupados que são empregadores.

Portanto, serão analisadas oito variáveis diferentes: renda média, parcela da renda total absorvida pelo estrato de renda, porcentagem da renda oriunda do não trabalho, nível de desocupação, porcentagem dos ocupados que são formais, anos de estudo médio dos ocupados, porcentagem dos não estudantes cuja série mais alta que frequentou foi o ensino superior, mestrado ou doutorado, porcentagem dos ocupados que são empregadores. Para todas elas serão mostradas os valores observados nos oito vigésimos internos aos 40% do meio, nos 10% mais ricos, nos 50% mais pobres e nos 40% do meio como um todo, para fins de comparações. Também será mostrada a taxa de crescimento dessas variáveis entre 2001 e 2015 para todos os grupos acima citados, para ser possível observar quais tiveram maior aumento ou queda relativa, e será calculada a diferença do valor observado da variável entre o p86-p90 e o p51-p55 para verificar como se comportou a distância entre os dois extremos dos 40% do meio. Três das informações presentes no gráfico 7 (possuir casa própria<sup>21</sup>, acesso a lazer e diversão<sup>22</sup> e acesso a boas escolas<sup>23</sup>) não serão exploradas nesse trabalho. O quadro 1 faz uma síntese dos indicadores de classe média definidos por Lamounier e Souza (2010) e representados no gráfico 7 e as variáveis correspondentes que serão utilizadas nessa monografia.

**Quadro 1 - Indicadores de classe média x variáveis utilizadas nessa monografia**

<b>Indicadores de classe média</b>	<b>Variáveis utilizadas nessa monografia</b>
Renda alta	Renda familiar per capita média

<sup>21</sup> Essa informação está disponível apenas no arquivo domiciliar da PNAD, que foi optado por não ser utilizado.

<sup>22</sup> Essa informação não está disponível na PNAD, independente se de pessoas ou domiciliar.

<sup>23</sup> A partir da PNAD é possível diferenciar apenas aqueles que são estudantes de escola particular ou pública e poderia ser considerado que o ensino privado é melhor que o público. Contudo, foi decidido que esse trabalho não entrará nessa discussão.

Renda alta	Parcela da renda total apropriada <sup>24</sup>
Padrão de vida estável	Porcentagem da renda que é oriunda de não trabalho
Padrão de vida estável	100% menos a porcentagem da população desocupada
Padrão de vida estável	Porcentagem dos ocupados que são formais
Profissão de prestígio	Anos médios de estudo dos ocupados que não estão estudando
Educação superior	Porcentagem dos não estudantes cuja série mais alta que frequentou foi o ensino superior, mestrado ou doutorado.
Negócio próprio	Porcentagem dos ocupados que são empregadores

Fonte: Elaboração própria (2021)

---

<sup>24</sup> Essa variável também se justifica pelo trabalho de Morgan (2017), que calcula esses valores para os 10% mais ricos, 40% do meio e 50% mais pobres.

## 4 RESULTADOS

Como já mencionado, o presente trabalho busca examinar a tese da *squeezed Middle 40%* de Morgan (2017), através de três perguntas: Os 40% do meio são um grupo homogêneo em termos de renda, condição de emprego e acesso ao ensino superior? Todos os vigésimos<sup>25</sup> dentro desse grupo possuem características consideradas de classe média? Quais foram os vigésimos que mais se aproveitaram da prosperidade que ocorreu entre 2001 e 2015? Para tal, serão analisados oito aspectos distintos: renda média; parcela da renda total que cada grupo possui; porcentagem da renda proveniente do não trabalho; taxa de desocupação; porcentagem dos ocupados que são formais; anos de estudo médio dos ocupados; porcentagem dos ocupados que são empregadores; e acesso ao ensino superior<sup>26</sup>. A seguir serão apresentados os resultados obtidos, que estão divididos em dois subgrupos: os relacionados à renda<sup>27</sup> e os relacionados às condições de emprego e acesso ao ensino superior. Por fim, haverá uma seção de conclusão com um resumo do que foi apresentado.

### 4.1 RESULTADOS RELACIONADOS À RENDA

Os gráficos 8 a 11 são referentes à renda média por vigésimo, a renda média por classe de renda, a taxa de crescimento da renda média entre 2001 e 2015 e a diferença entre a renda média do p51-p55 e o p86-p90, respectivamente. O período de 2001 até 2015 foi de crescimento de renda, sendo esse movimento mais intenso para os grupos mais pobres. Isso é possível observar através do gráfico 10, que mostra que, quanto menor a renda, maior o crescimento relativo. Ainda assim, o gráfico 11 indica o aumento da diferença da renda média entre o p51-p55 e o p86-p90 até 2014, ou seja, em termos absolutos, há um aumento do *gap* entre os dois extremos dos 40% do meio da

---

<sup>25</sup> Os 40% do meio foram divididos em 8 grupos de 5% da distribuição de renda. Cada um desses grupos é chamado de vigésimo. O p51-p55 representa o extrato que vai do 50% da distribuição até o 55% e assim por diante até o p86-p90.

<sup>26</sup> Para mais detalhes sobre a justificativa da escolha dessas variáveis, ver seção 3.3

<sup>27</sup> Nesse capítulo, a renda é o valor do rendimento mensal familiar (exclusive agregado), exclusive o rendimento dos menores de 10 anos, per capita, a não ser quando notado o contrário.

distribuição de rendimentos. Dessa forma, não houve perda absoluta em termos de renda média para o p86-p90 em relação ao p51-p55.

Ter renda alta é um dos critérios definidores de classe média de acordo com o *survey* de Lamounier e Souza (2010), ainda que não tenha sido explicitado a partir de qual patamar a renda é considerada alta. Os 40% do meio como um todo estão mais próximos<sup>28</sup> dos 50% mais pobres do que dos 10% mais ricos<sup>29</sup>, inclusive quando analisado apenas o p86-p90<sup>30</sup> (gráficos 8 e 9), o que leva a crer que essa característica não é presente nesse estrato. Ao observar o interior desse grupo intermediário, percebe-se também que é bastante heterogêneo, com diferenças crescentes entre vigésimos quanto maior for seu rendimento.

A recessão de 2015 atingiu todas as camadas analisadas. Os 40% do meio tiveram a menor redução relativa, com queda de 7,4% em relação ao valor de 2014, seguido dos 50% mais pobres (-8,1%) e os 10% mais ricos (-8,4%) (gráfico 9). No entanto, esse valor dos 40% do meio está suavizado pela performance do p56-p60, que apresentou um decréscimo de apenas 4,2%, destoando do movimento dos demais vigésimos no gráfico 8. Uma hipótese para esse fenômeno passa pelo fato de que nesse grupo está a maioria dos indivíduos que recebem um salário mínimo e este é o valor do piso das pensões contributivas e não contributivas. Pelas regras de valorização do salário mínimo, o mesmo não perdeu valor real, assim, se for considerado que nesse vigésimo há proporcionalmente mais pessoas com rendimento vinculado a esse valor, esta seria a razão para uma menor perda relativa em 2015, ou seja, enquanto houve uma queda geral de renda, aqueles que estão vinculados ao salário mínimo estavam mais protegidos. Se os resultados do p56-p60 fossem excluídos, os 40% do meio apresentariam uma queda de 8% em relação a 2014, ainda mais baixa, porém mais próxima do valor alcançado pelos demais vigésimos. Dentro desse grupo intermediário, o maior declínio foi do p86-p90 (-8,4%), depois o p76-p80 e p51-p55 (-8% cada), p71-p76 (-7,9%), p81-p80 e p61-p65 (-7,8% cada), p66-p70 (-7,6%) e p56-p60 (-4,2%). Ou seja,

---

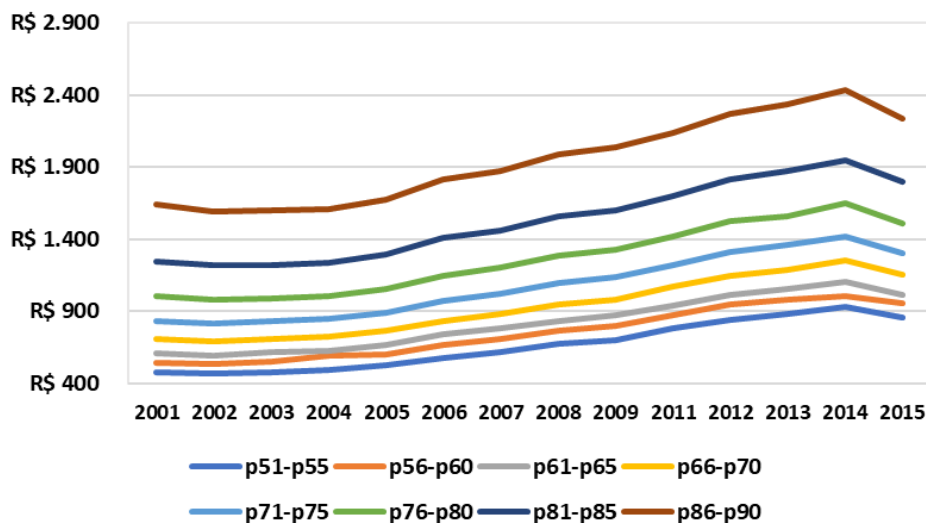
<sup>28</sup> Esse resultado foi alcançado subtraindo os valores observados para os 40% do meio com os dos 10% mais ricos e os 50% mais pobres. A conta que possui o menor módulo resultante é a qual o 40% do meio mais se aproxima.

<sup>29</sup> Diferença média entre 2001 e 2015 de R\$ 803,50 para os 50% mais pobres e R\$ 3732,12 para os 10% mais ricos.

<sup>30</sup> Diferença média entre 2001 e 2015 de R\$ 1627,20 para os 50% mais pobres e R\$ 2907,42 para os 10% mais ricos.

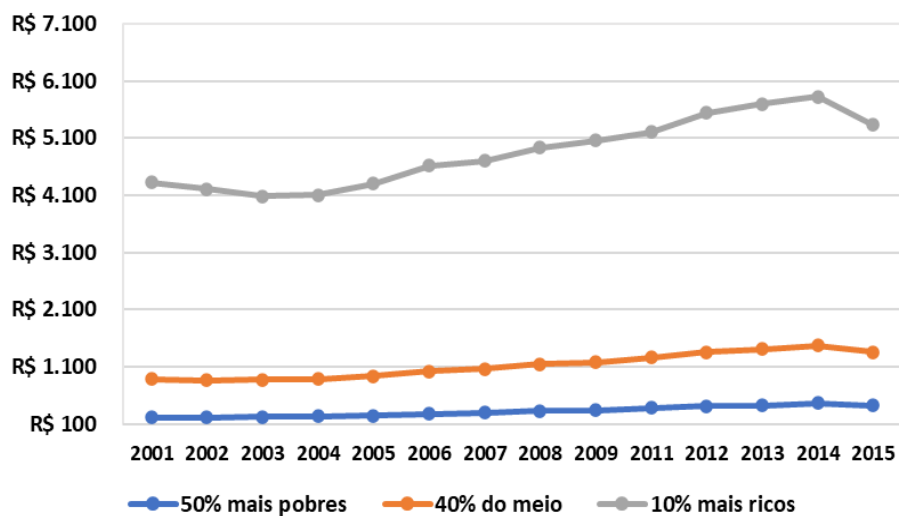
sem considerar o caso citado, a recessão em 2015 atingiu todos os grupos aqui estudados de forma semelhante, com os 10% mais ricos e o p86-p90 tendo sido levemente mais prejudicados<sup>31</sup>.

**Gráfico 8 – Renda média por vigésimo – 2001-2015 (em R\$ de 2020)**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (2021)

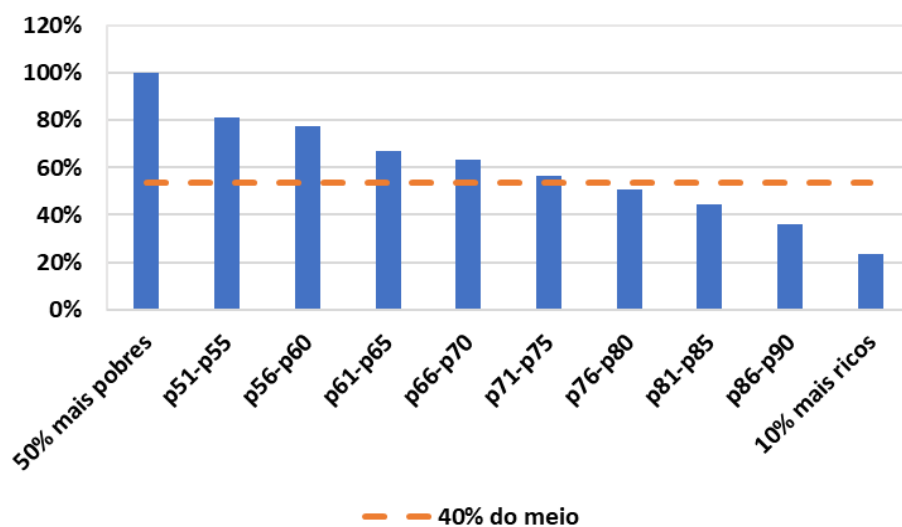
**Gráfico 9 – Renda média por classe de renda – 2001-2015 (em R\$ de 2020)**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (2021)

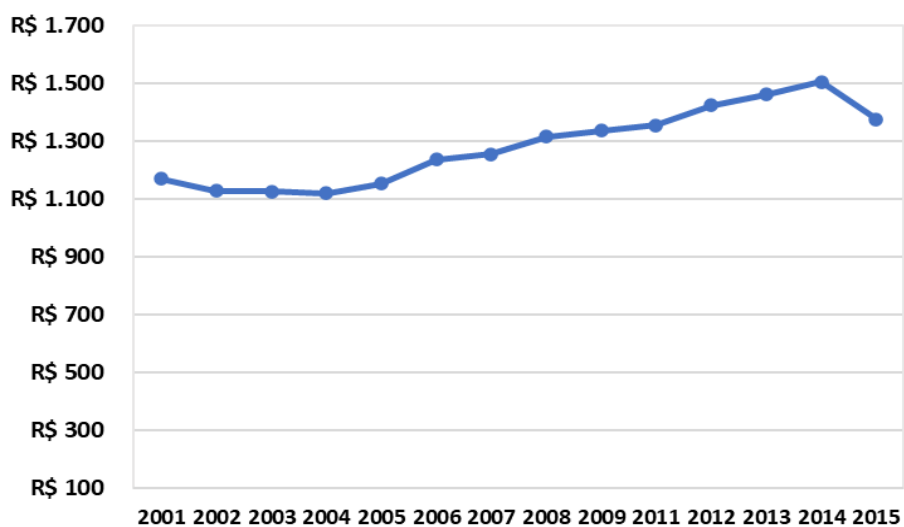
<sup>31</sup> Apesar dos mais ricos terem sido relativamente mais afetados, uma queda de renda para um indivíduo mais pobre é sempre mais danosa.

Gráfico 10 - Taxa de crescimento da renda média entre 2001 e 2015



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (2021)

Gráfico 11 – Diferença da renda média entre o p51-p55 e o p86-p90 -2001-2015



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (2021)



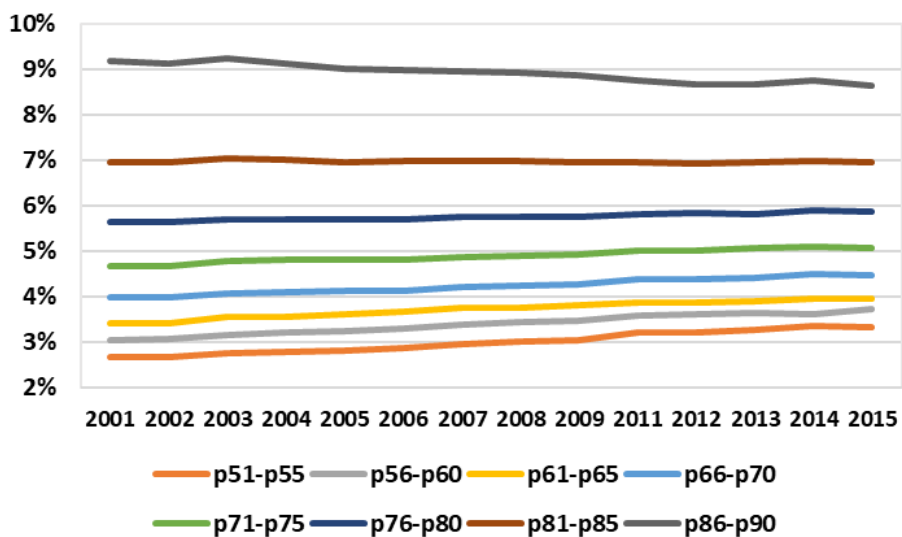
Os gráficos 12 a 15 são referentes à parcela da renda total por vigésimo, por classe de renda, a taxa de crescimento 2001 e 2015 e a diferença entre o p51-p55 e o p86-p90, respectivamente. Como esperado, os resultados encontrados nesse estudo sobre a parcela da renda total que cada classe de renda possui são substancialmente diferentes dos expostos em Morgan (2017). Enquanto o gráfico 13 aponta um crescimento na participação dos 50% mais pobres e dos 40% do meio e uma queda dos 10% mais ricos (inclusive com o grupo do meio sendo o mais significativo a partir de 2014), Morgan (2017) calcula o crescimento da parcela dos 50% mais pobres, manutenção da posição dos 10% mais ricos e queda da parcela dos 40% do meio<sup>32</sup>.

A análise dos vigésimos dentro dos 40% do meio (gráfico 12) mostra uma situação heterogênea: os grupos mais pobres aumentaram sua participação no rendimento total da população; já o p81-p80 manteve-se estável e o p86-p90 diminuiu. Assim, uma análise baseada apenas no gráfico 13 diria que os 40% do meio foram vencedores relativos do período 2001-2015; no entanto, isso subestima a heterogeneidade e as desigualdades internas. Da mesma forma, observar o trabalho de Morgan (2017) e afirmar que os 40% do meio foram perdedores relativos de 2001-2015 sem olhar as dinâmicas de dentro da camada é simplificar demasiadamente a análise. Olhando o gráfico 14, o maior vencedor relativo do período foram os 50% mais pobres e há uma tendência de decréscimo da taxa de crescimento da parcela total de renda quanto maior for o rendimento do estrato, com os 10% mais ricos tendo a pior performance. Ainda, o gráfico 15 mostra que a distância entre os extremos dos 40% do meio diminuiu entre 2001 e 2015, sinal de que o grupo se tornou mais homogêneo.

---

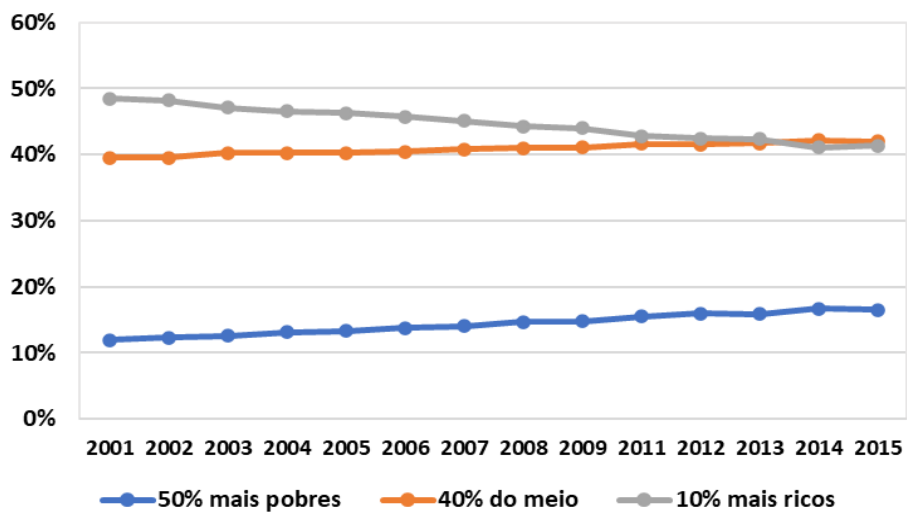
<sup>32</sup> Para mais detalhes sobre os estudos que usam outras bases de dados além da PNAD para analisar a distribuição de renda no Brasil, ver seção 2.3.

Gráfico 12 – Parcela da renda total por vigésimo – 2001-2015



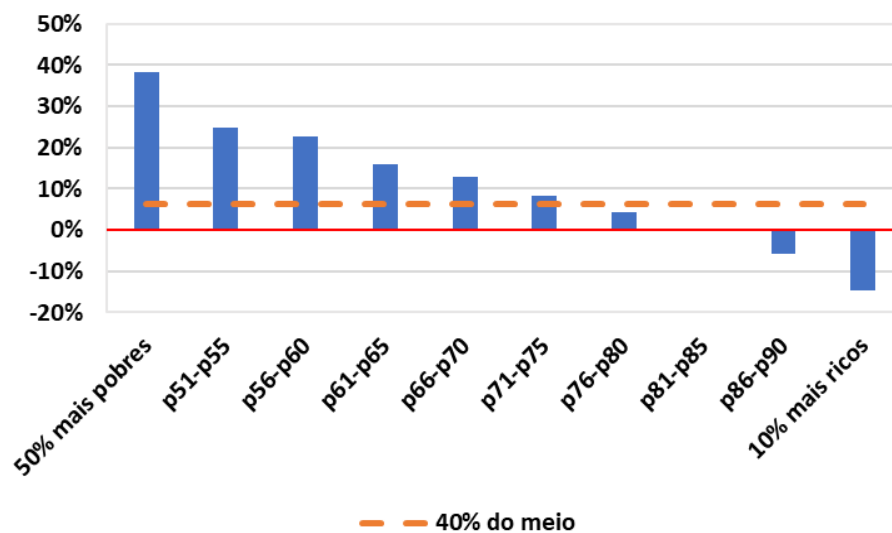
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (2021)

Gráfico 13 – Parcela da renda total por classe de renda – 2001-2015



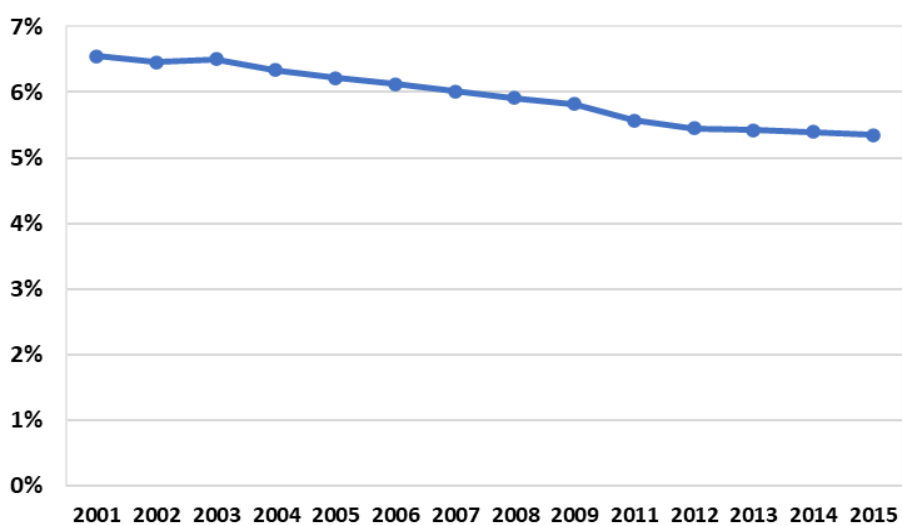
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (2021)

Gráfico 14– Taxa de crescimento da parcela da renda total entre 2001 e 2015



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (2021)

Gráfico 15 – Diferença da parcela da renda total entre o p51-p55 e o p86-p90 -2001-2015



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (2021)

Os gráficos 16 ao 19 são referentes à porcentagem da renda oriunda do não trabalho por vigésimo e por classe de renda, a taxa de crescimento 2001 e 2015 e a diferença entre o p51-p55 e o p86-p90, respectivamente. Ter padrão de vida estável também é um dos critérios definidores de classe média de acordo com Lamounier e Souza (2010) e uma das formas de medir isso pode ser pela porcentagem da renda que não vem do trabalho. Isso porque um indivíduo que depende menos da renda de trabalho está menos sujeito ao impacto de eventuais demissões, que são muito sensíveis ao ciclo econômico, havendo, portanto, uma maior segurança em relação às condições de vida. Para essa variável foi optado por usar o conceito de renda referente ao rendimento do indivíduo maior de 10 anos que respondeu à pesquisa, se distanciando do conceito de renda usado nos gráficos 8 a 15, que é de renda familiar per capita. Observando o gráfico 16, é possível perceber que até 2009 o p61-p65 e a partir de 2011 o p56-p60 se destacam dos demais por sua alta presença de renda do não trabalho. Uma possível explicação para isso é que nesses vigésimos estão a maioria dos indivíduos de renda igual a um salário mínimo e, como esse é o valor do piso das pensões contributivas e não contributivas, é plausível imaginar que uma maior parte dos rendimentos desse grupo venha por esses meios, que são uma fonte de não trabalho. Excluindo esses casos, não há uma clara diferenciação dentro dos vigésimos do 40% do meio, apenas uma tendência leve da maior participação do não trabalho nos dois vigésimos mais ricos e uma menor participação no mais pobre, ainda que os resultados sejam muito voláteis ano a ano.

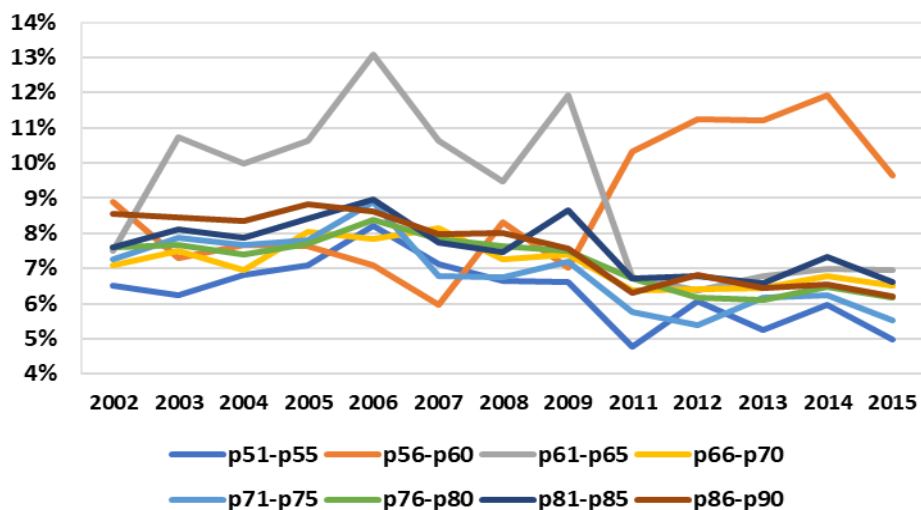
O gráfico 18 aponta para uma queda na participação da renda do não trabalho em todos os grupos analisados menos os 50% mais pobres e o p56-p60. O gráfico 19 aponta uma tendência de queda na diferença entre os extremos dos 40% do meio de 2001 até 2015, tendo alcançado o patamar mais baixo em 2006 e também se mostrou um indicador volátil de ano a ano. A partir de 2006, os 40% do meio passam a ser o grupo com menor nível de renda do não trabalho (gráfico 17), o que mostra que esse extrato como um todo não apresenta em larga escala essa característica que poderia ser um indicativo de pertencimento à classe média<sup>33</sup>. Mesmo dentro desse grupo, não há um vigésimo que se destaque positivamente, com exceção do caso de p56-p60 e p61-p65 já explicados. Também é importante ressaltar que o tipo de rendimento muito provavelmente varia de acordo com os grupos. Enquanto se espera que os mais ricos tenham maior proporção de valor

---

<sup>33</sup> Apesar de ser uma *proxy*, observar apenas a renda de não trabalho não é suficiente para definir qual parte da população possui estabilidade de padrão de vida. Outros fatores como padrão de consumo, tipo de emprego, posse de casa própria e outros patrimônios e até o tipo de renda de não trabalho também precisam ser levados em consideração.

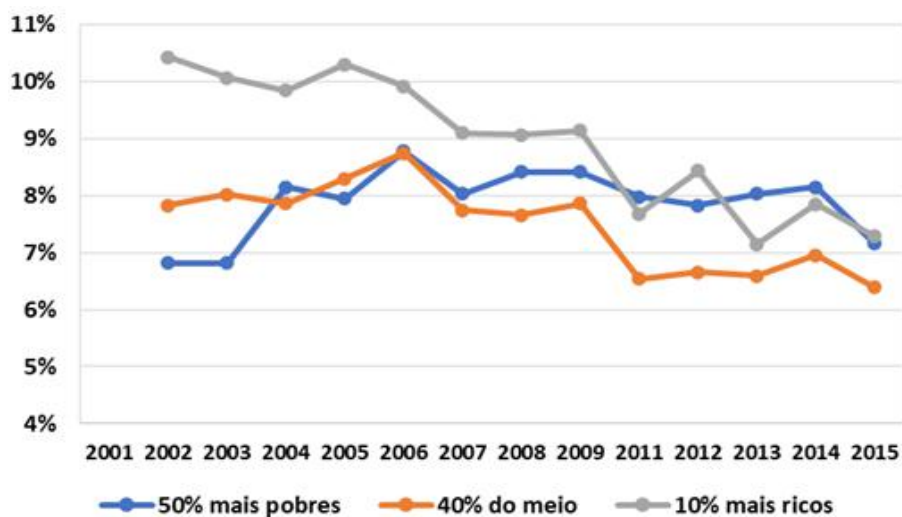
vindo de juros, aluguéis e pensão previdenciária, os mais pobres devem ter maior proporção de transferências do governo. Inclusive, o grande aumento observado nos 50% do meio coincide justamente com a implementação do Programa Bolsa Família, que foi em outubro de 2003.

**Gráfico 16 – Porcentagem da renda oriunda do não trabalho por vigésimo – 2002-2015**



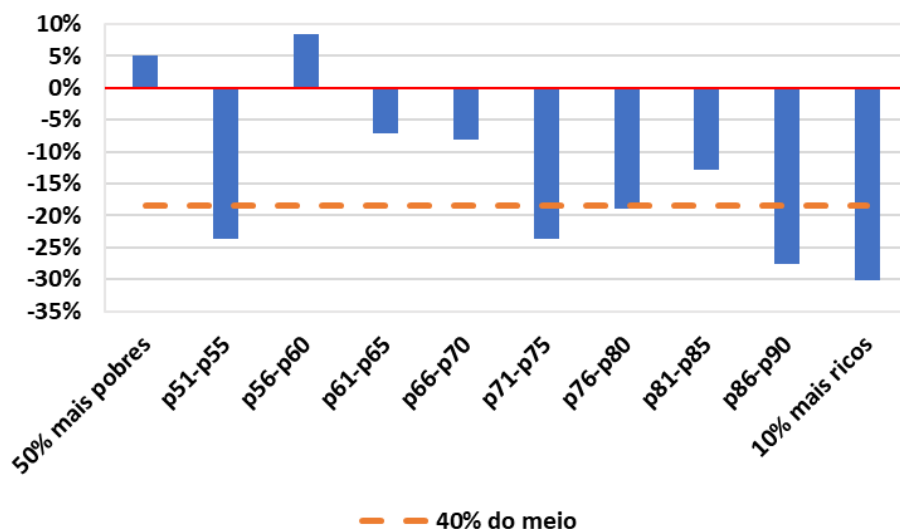
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (2011)

**Gráfico 17 – Porcentagem da renda oriunda do não trabalho por classe de renda – 2002-2015**



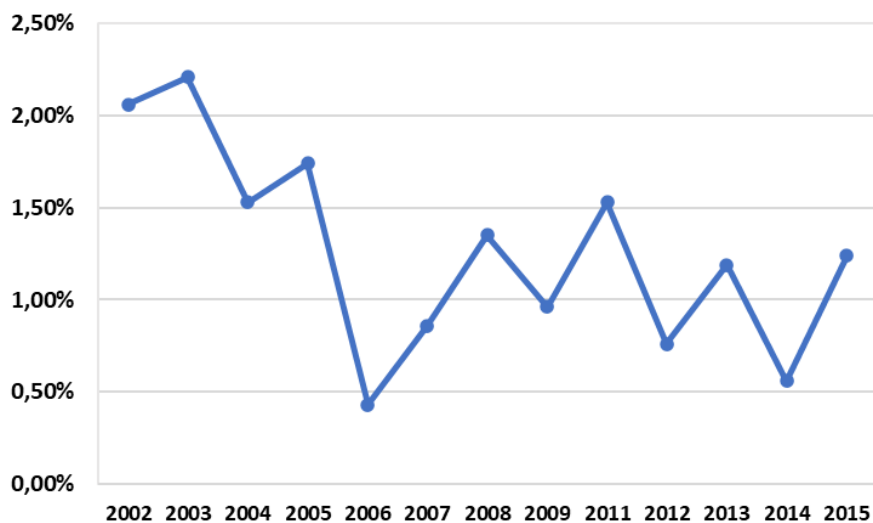
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (2011)

Gráfico 18 – Taxa de crescimento da porcentagem da renda oriunda do não trabalho entre 2002 e 2015



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (2021)

Gráfico 19 – Diferença da porcentagem da renda oriunda do não trabalho entre o p51-p55 e o p86-p90 - 2002-2015



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (2021)

De modo bem resumido, esta seção mostrou que os 40% do meio possuem bastante heterogeneidade em questão de renda (em especial renda média e parcela de renda, não havendo uma diferenciação tão grande na porcentagem de renda oriunda do não trabalho). Se for analisada a característica definidora de classe média que é ter renda alta, é possível dizer que segundo o critério adotado neste trabalho os 40% do meio não a possuem. Já ao observar o grupo que teve

melhoria na parcela da renda total acumulada, o p51-p55 foi o grande vencedor, já os vigésimos do p56 até o p80 também tiveram um resultado positivo no período, enquanto o p81-p85 se manteve estagnado e o p86-p90 perdeu participação.

#### 4.2 RESULTADOS RELACIONADOS ÀS CONDIÇÕES DE EMPREGO E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Os gráficos 20 a 23 são referentes à porcentagem da população desocupada por vigésimo e por classe de renda, a taxa de crescimento entre 2001 e 2015 e a diferença entre o p51-p55 e o p86-p90, respectivamente. O nível de ocupação da população acompanhou a renda média<sup>34</sup>: houve tendência de crescimento de 2001 até 2014 e queda em 2015 (gráfico 21). Dentro dos 40% do meio (gráfico 20) há uma diferenciação, já que quanto mais pobre é o vigésimo, maior a taxa de desocupação, sendo que a partir de 2006, o p76-p80, o p81-p80 e o p86-p90 apresentam valores bastante parecidos, mostrando que a partir desse ponto, os rendimentos não tem uma relação tão forte com a desocupação. Já o gráfico 22 aponta para uma maior instabilidade de ocupação nos grupos mais pobres, já que os 50% mais pobres e o p56-p60 apresentaram taxa de crescimento positivo, enquanto que o p51-p55 teve uma modesta queda se comparada ao restante. Apesar dessa maior instabilidade relativa, o *gap* absoluto entre o p51-p55 e o p86-p90 (gráfico 23) reduziu a partir de 2005 até 2014, sendo 2012 o ano em que houve menor heterogeneidade dentro dos 40% do meio, porém, com a recessão, esse valor passou a ser o maior de todo o período.

Os 40% do meio estão consideravelmente mais próximos dos 10% de cima do que dos 50% mais pobres<sup>35</sup> em termos de nível de ocupação, em especial o conjunto que vai do p76 ao p90<sup>36</sup>. No entanto, na renda média (gráfico 9) há uma distância grande dos 40% do meio ao grupo mais rico, o que seria um indicativo de que o tipo de ocupação do grupamento intermediário é diferente, em termos de remuneração, da exercida pelos que estão acima na distribuição de rendimentos, além, claro, de provavelmente receberem uma menor renda de não trabalho<sup>37</sup>.

---

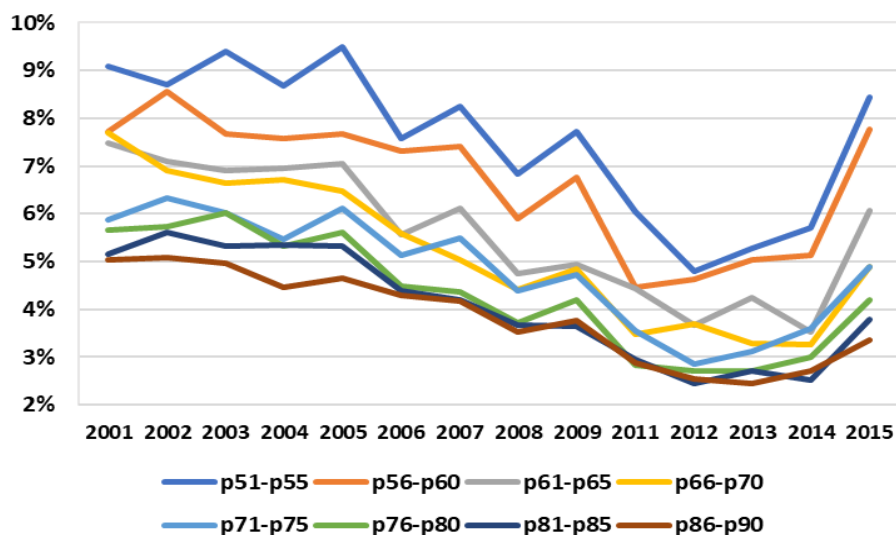
<sup>34</sup> A evolução da renda média dos vigésimos é observada no gráfico 8 e a das classes de renda no gráfico 9.

<sup>35</sup> Diferença média entre 2001 e 2015 de 8,82% para os 50% mais pobres e 2,14% para os 10% mais ricos.

<sup>36</sup> Diferença média entre 2001 e 2015 de 9,92% para os 50% mais pobres e 1,04% para os 10% mais ricos.

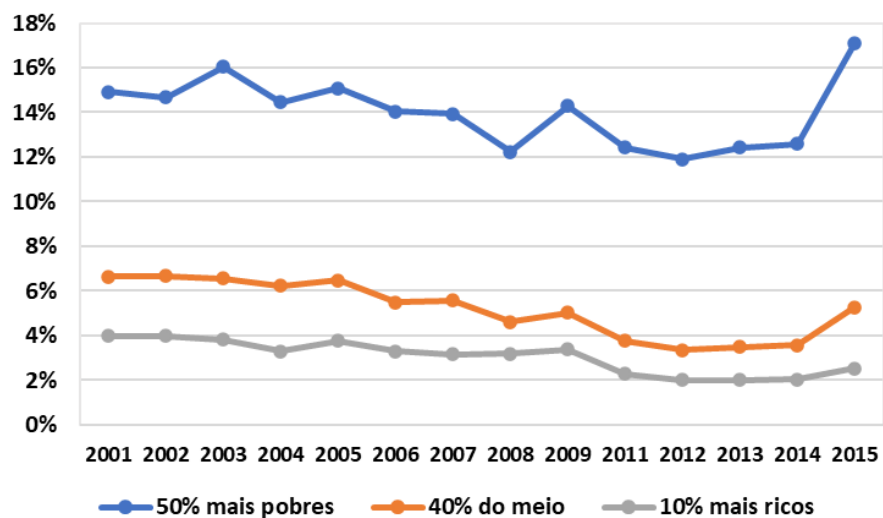
<sup>37</sup> A renda média dos gráficos 8 a 11 não pode ser diretamente comparada com a renda de não trabalho dos gráficos 20 a 23, já que um utiliza a renda familiar per capita e o outro o rendimento do indivíduo entrevistado pela PNAD.

Gráfico 20 – Porcentagem da população desocupada por vigésimo – 2001-2015



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (2021)

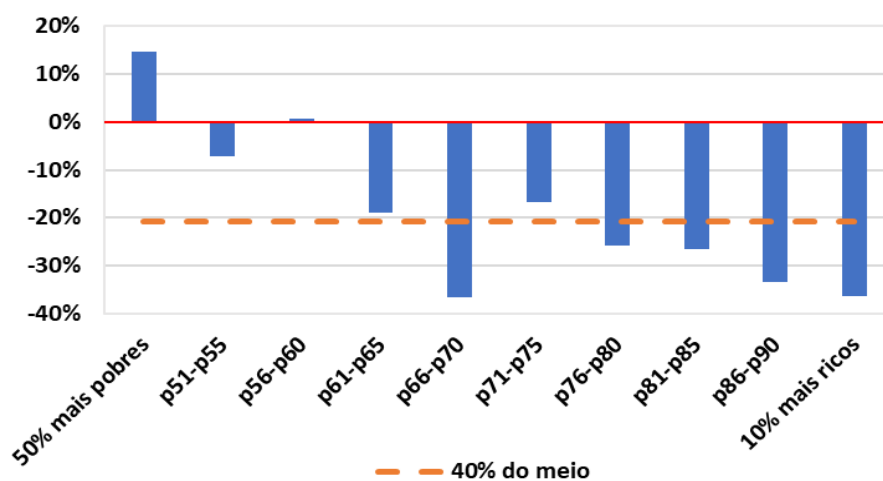
Gráfico 21 – Porcentagem da população desocupada por classe de renda – 2001-2015



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (2021)

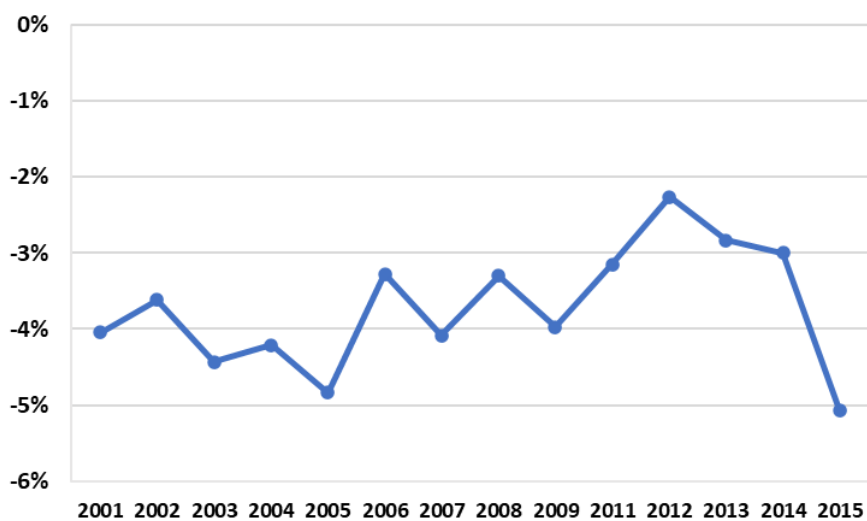


Gráfico 22 – Taxa de crescimento da porcentagem da população desocupada entre 2001 e 2015



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (2021)

Gráfico 23 – Diferença da porcentagem da população desocupada entre o p51-p55 e o p86-p90 - 2001-2015



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (2021)

Os gráficos 24 a 27 são referentes à porcentagem dos ocupados que são formais por vigésimo e por classe de renda, a taxa de crescimento entre 2001 e 2015 e a diferença entre o p51-p55 e o p86-p90, respectivamente. Em termos de formalidade<sup>38</sup> do trabalho, os 40% do meio são extremamente heterogêneos (gráfico 24), com os vigésimos mais pobres apresentando um nível consideravelmente mais baixo do que os mais ricos, principalmente no começo do período

<sup>38</sup> Nesse estudo, os trabalhadores formais são aqueles que contribuem para algum instituto de previdência

analisado, em que a distância do p51-p55 para o p86-p90 era de 22,1% (gráfico 27). Entre 2001 e 2015, houve um movimento generalizado de alta nesse quesito, tendo maior intensidade quanto menor a renda do grupo (gráfico 26), o que tornou os 40% do meio mais homogêneos nesse sentido, com a distância entre os dois extremos igual a 13,9% em 2015, o que ainda é uma diferença considerável. O gráfico 25 mostra que, como um todo, esse grupo intermediário está mais próximo dos 10% mais ricos do que dos 50%<sup>39</sup> mais pobres, no entanto, essa afirmativa não é válida para todos os vigésimos em todos os anos. Em 2001, o p51-p55, o p56-p60 e o p61-p65 estavam mais próximos dos 50% mais pobres; já em 2015, o p51-p55 e o p56-p60 estavam equidistantes dos dois grupos. Assim, os 40% do meio, em especial as camadas mais ricas dele, possuem a formalidade do emprego como característica.

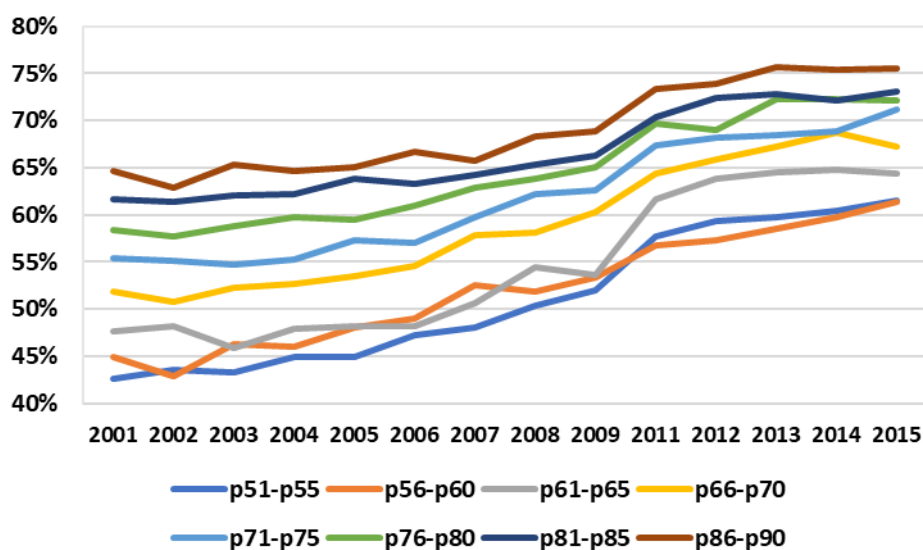
Ter uma profissão de prestígio também é uma característica da classe média de acordo com Lamounier e Souza (2010). Esse é um critério muito subjetivo, no entanto esses resultados podem servir como uma identificação negativa: não dá para dizer que todos os formais tenham profissão de prestígio, mas é possível imaginar que a maioria dos que não são formais não tenham essa característica, em especial fora dos 10% mais ricos. Ainda mais, essa seria uma forma de identificar estabilidade de padrão de vida<sup>40</sup>, pois mostra tendência a recebimento de aposentadoria no futuro, além de ser provável que boa parte desses trabalhadores recebam outros benefícios como FGTS e direito a seguro desemprego.

---

<sup>39</sup> Diferença média entre 2001 e 2015 de 26,75% para os 50% mais pobres e 14,40% para os 10% mais ricos.

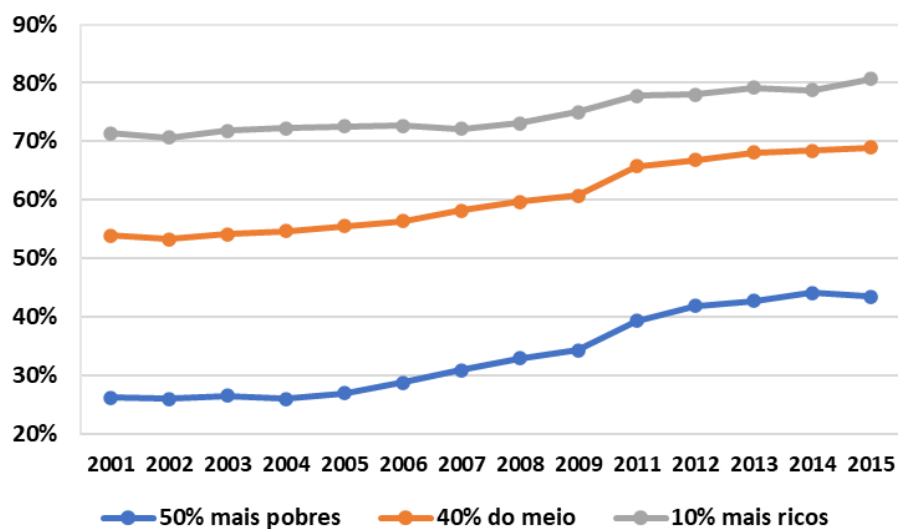
<sup>40</sup> Mais uma vez, essa não é a única característica que precisa ser considerada para identificar estabilidade de padrão de vida, vide nota de rodapé 5.

Gráfico 24 – Porcentagem dos ocupados que são formais por vigésimo – 2001-2015



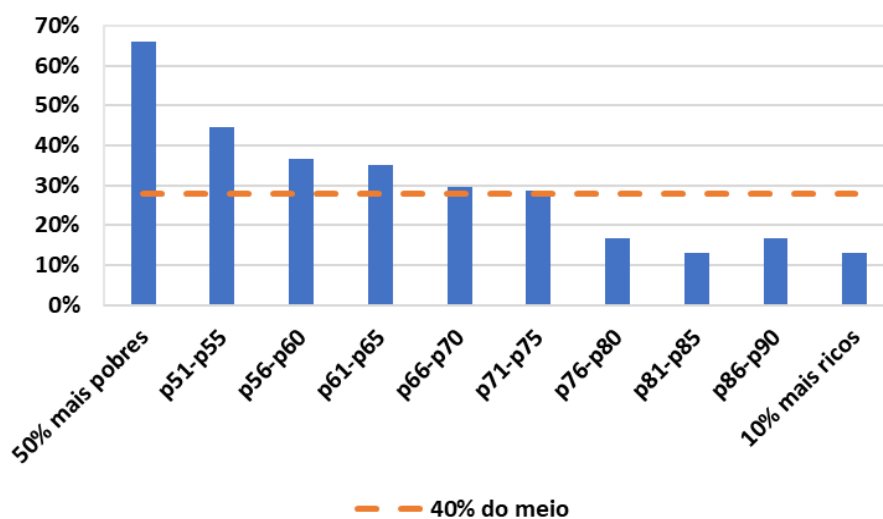
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (2021)

Gráfico 25 – Porcentagem dos ocupados que são formais por classe de renda – 2001-2015



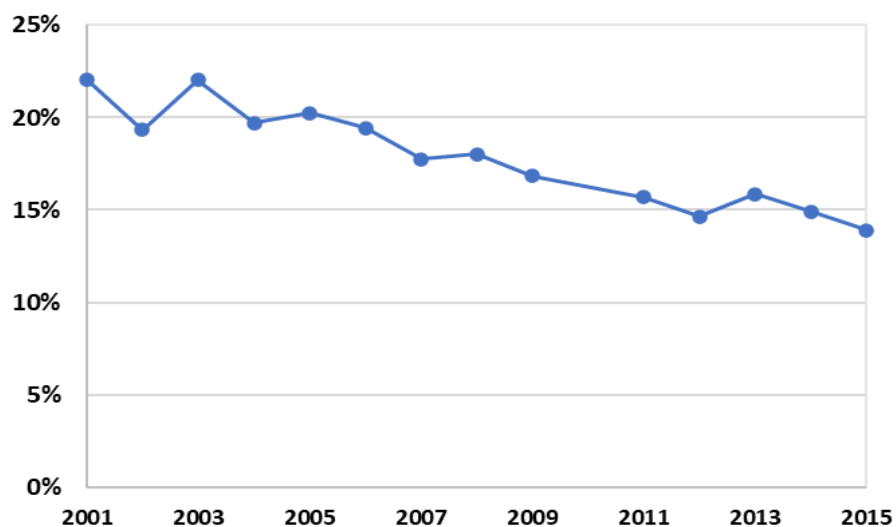
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (2021)

Gráfico 26 – Taxa de crescimento da porcentagem dos ocupados que são formais entre 2001 e 2015



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (2021)

Gráfico 27 – Diferença da porcentagem dos ocupados que são formais entre o p51-p55 e o p86-p90 - 2001-2015



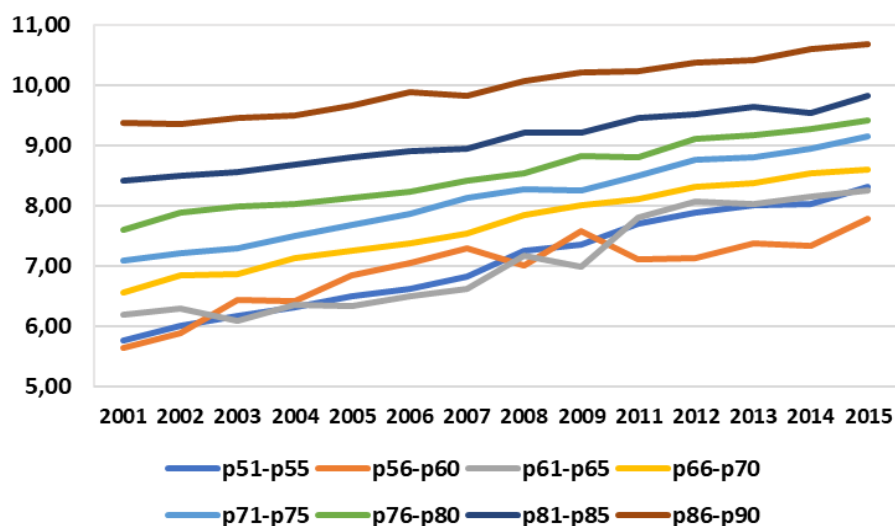
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (2021)

Os gráficos 28 a 31 são referentes aos anos de estudo médio dos ocupados por vigésimo e por classe de renda, a taxa de crescimento entre 2001 e 2015 e a diferença entre o p51-p55 e o p86-

p90, respectivamente. De acordo com Lamounier e Souza (2010), a ocupação é o vínculo da renda com a educação, dessa forma, uma possível maneira de medir o prestígio da profissão é pela quantidade de anos de estudo que o ocupado possui. Nesse aspecto, os 40% do meio são um grupo bastante heterogêneo (gráfico 28), havendo, a partir do p65, uma clara correlação positiva entre renda e educação. Se observado como um todo (gráfico 29), essa parcela intermediária está mais próxima dos 50%<sup>41</sup> mais pobres do que dos 10% mais ricos, no entanto a situação se inverte quando analisada apenas do p81 ao p90<sup>42</sup>, um indicativo de que esses dois vigésimos são os que mais tem profissões de prestígio.

O gráfico 30 mostra que, entre 2001 e 2015 houve um aumento nos anos de estudos médio em todos os grupos analisados, sendo maior quanto mais pobre ele for. Além disso, a distância absoluta entre o p51-p55 e o p86-p90 (gráfico 31) diminuiu no período estudado, mostrando que houve um processo de *catch-up*. No entanto, com essas informações, é difícil de dizer se houve uma mudança na estrutura de emprego no Brasil em que as camadas mais baixas ocupam profissões de mais prestígio (ainda que não aquelas que seriam características de classe média, como definido pela *survey*), ou se esses resultados são apenas um reflexo do aumento da oferta de ensino no país.

**Gráfico 28 – Anos de estudo médio dos ocupados por vigésimo – 2001-2015**

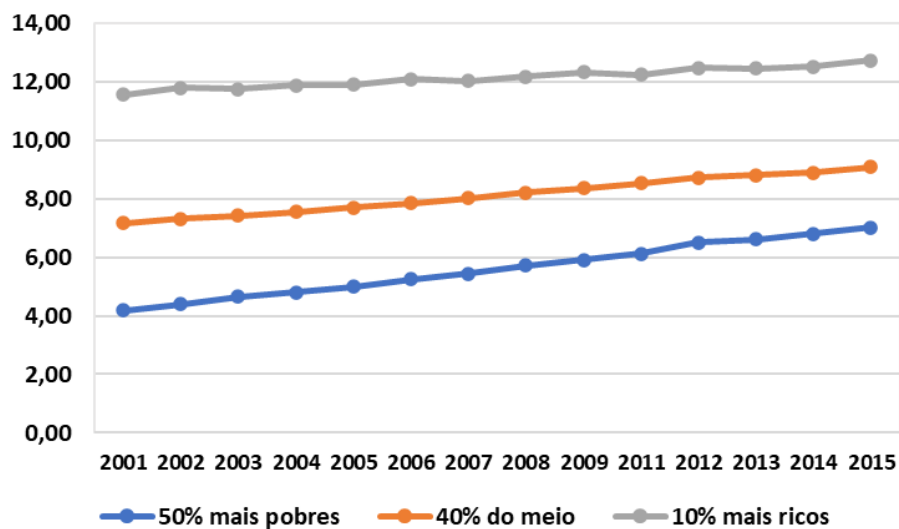


<sup>41</sup> Diferença média entre 2001 e 2015 de 2,52 para os 50% mais pobres e 4,02 para os 10% mais ricos.

<sup>42</sup> Diferença média entre 2001 e 2015 de 3,93 para os 50% mais pobres e 2,61 para os 10% mais ricos

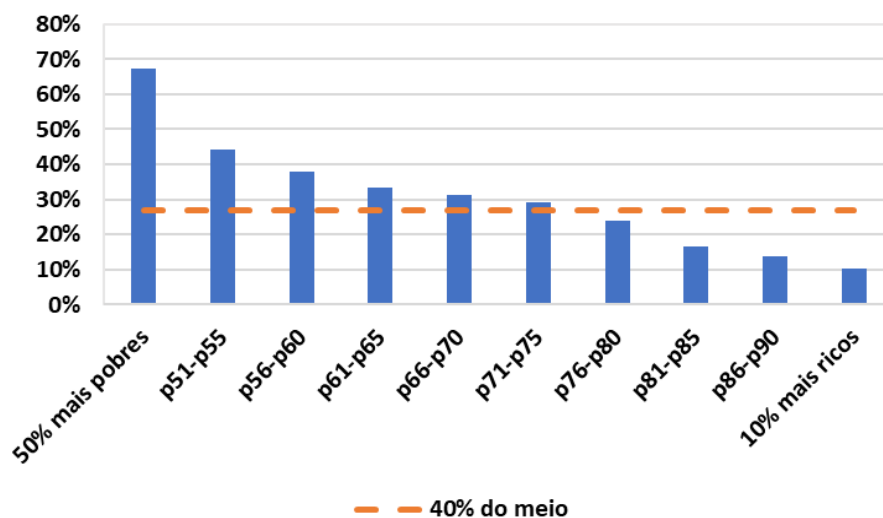
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (2021)

**Gráfico 29 – Anos de estudo médio dos ocupados por classe de renda– 2001-2015**



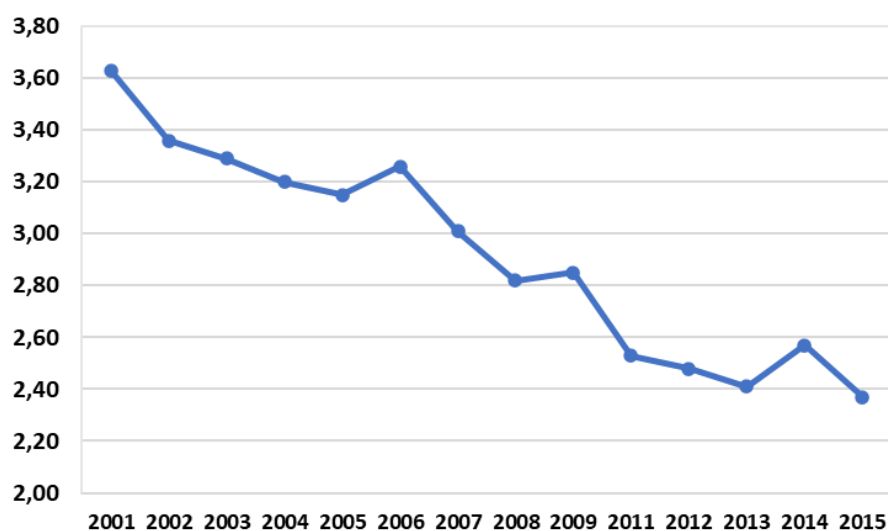
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (2021)

**Gráfico 30 – Taxa de crescimento dos anos de estudo médio dos ocupados entre 2001 e 2015**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (2021)

**Gráfico 31 – Diferença dos anos de estudo médio dos ocupados entre o p51-p55 e o p86-p90 - 2001-2015**

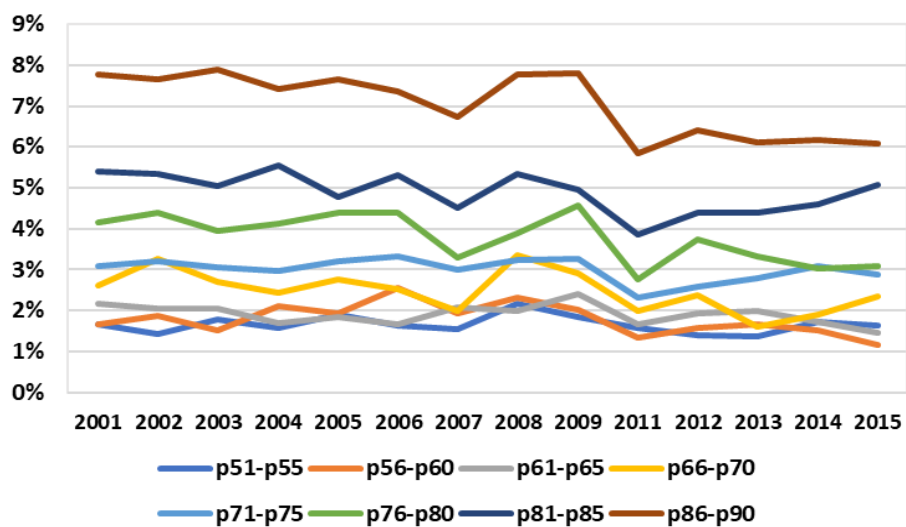


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (2011)

Os gráficos 32 a 35 são referentes à porcentagem dos ocupados que são empregadores por vigésimo e por classe de renda, a taxa de crescimento entre 2001 e 2015 e a diferença entre o p51-p55 e o p86-p90, respectivamente. Ter um negócio próprio é outra característica definidora de classe média de acordo com Lamounier e Souza (2010) e os 40% do meio no geral não são possuidores desse atributo, como mostra o gráfico 33, já que estão muito atrás dos 10% mais ricos, apresentando valores que variam entre 3,8% e 2,8% no período. No interior do grupo (gráfico 32), apenas o vigésimo p86-p90 apresenta resultados mais substanciais, mostrando que há uma correlação forte entre empreendedorismo e renda.

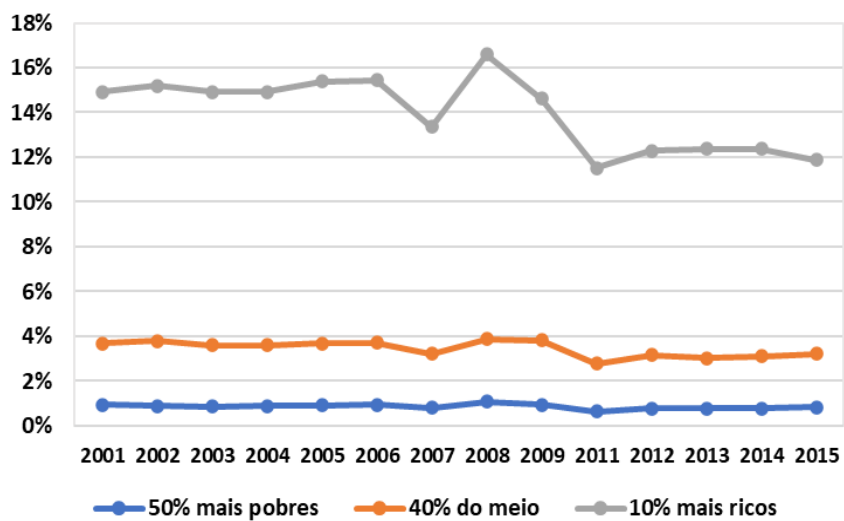
O gráfico 34 aponta para uma queda generalizada da porcentagem dos ocupados que são empregadores. Uma possível explicação para tal pode ser a queda na desocupação (gráficos 20 a 23), em que há uma possibilidade de grande parte dos novos ocupados terem assumido outros postos que não o de empregador. Ainda, houve uma redução no *gap* entre o p51-p55 e o p86-p90 (gráfico 35), contudo, não foi muito substancial, sendo mais uma representação da queda do vigésimo superior do que um *catch-up* propriamente dito.

Gráfico 32 – Porcentagem dos ocupados que são empregadores por vigésimo – 2001-2015



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (2021)

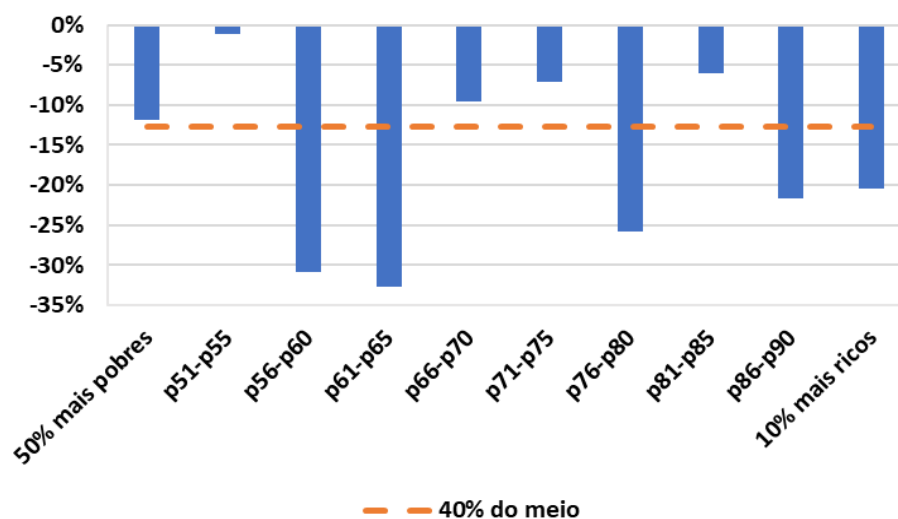
Gráfico 33 – Porcentagem dos ocupados que são empregadores por classe de renda – 2001-2015



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (2021)

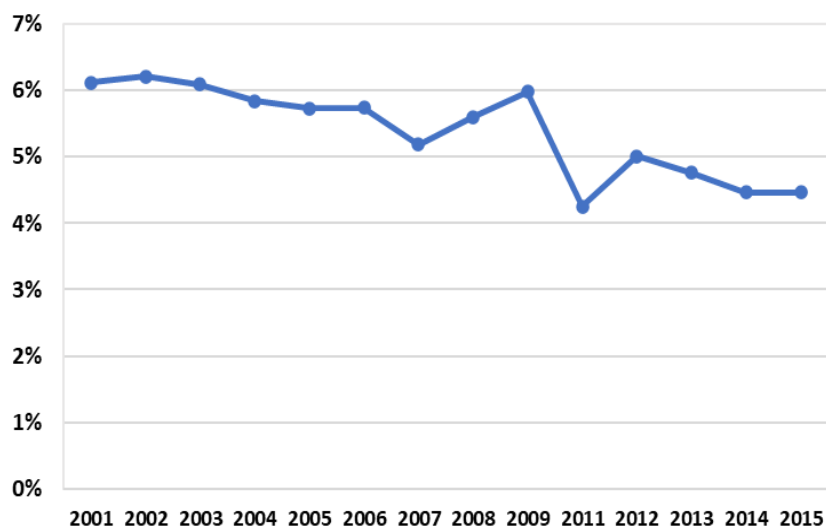


**Gráfico 34 – Taxa de crescimento da porcentagem dos ocupados que são empregadores entre 2001 e 2015**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (2021)

**Gráfico 35 – Diferença da porcentagem dos ocupados que são empregadores entre o p51-p55 e o p86-p90 - 2001-2015**



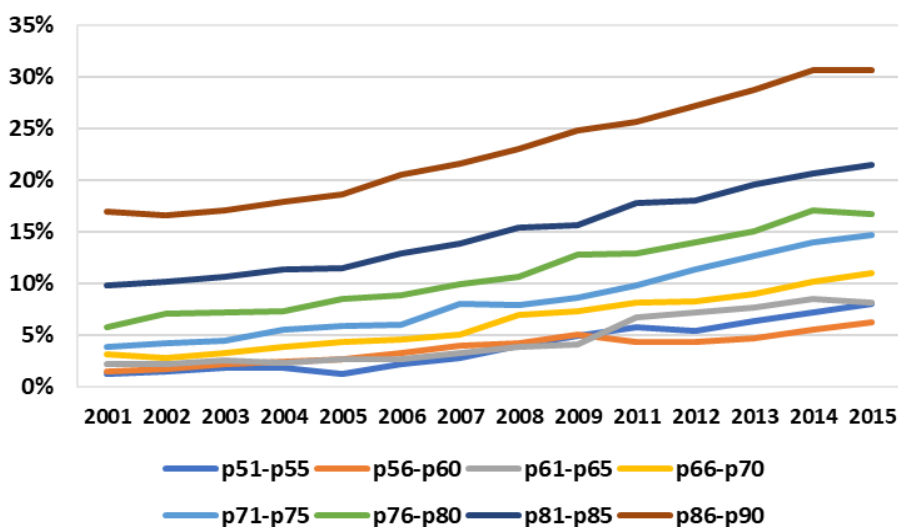
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (2021)

Os gráficos 36 a 39 são referentes à porcentagem dos não estudantes cuja série mais alta que frequentaram foi o ensino superior, mestrado ou doutorado por vigésimo e por classe de renda, a taxa de crescimento entre 2001 e 2015 e a diferença entre o p51-p55 e o p86-p90, respectivamente. Ter educação universitária é um dos fatores definidores de classe média por

Lamounier e Souza (2010) e, nesse aspecto, os 40% do meio no geral estão longe de apresentarem um bom nível. O gráfico 37 mostra o grande *gap* existente entre esse grupo intermediário e os 10% mais ricos, mostrando o quão desigual a entrada no ensino superior é no Brasil. Analisando os vigésimos (gráfico 36) também se observa uma grande assimetria interna, havendo uma grande diferença de patamar entre o p86-p90 e, em menor medida, do p81-p80 em relação aos demais e, mesmo assim, ainda estão bem abaixo do resultado alcançado pelos 10% mais ricos.

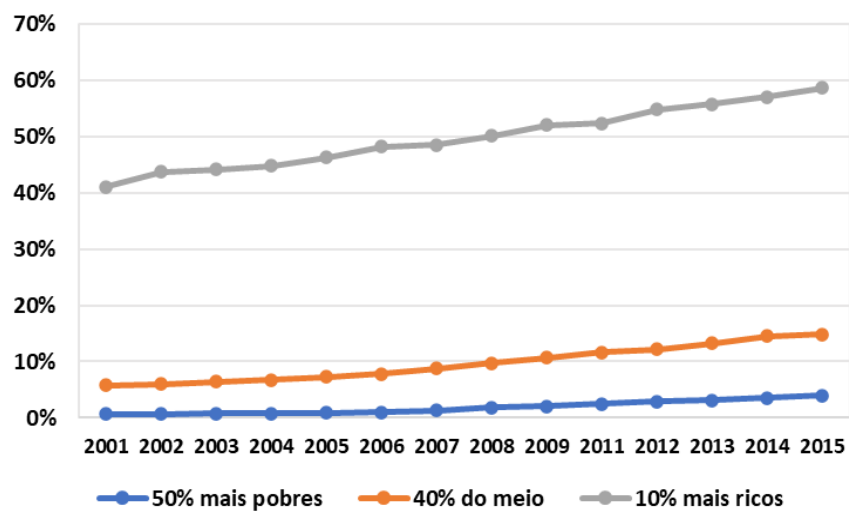
O período de 2001-2015 foi de grande crescimento do acesso ao ensino terciário para todas as faixas populacionais analisadas (gráfico 38), sendo maior para os grupos mais pobres, o que era esperado, já que os mesmos partiram de um estágio muito baixo. O p51-p55 passou por uma elevação de 543% nesses 15 anos e mesmo os 10% mais ricos e o p86-p90 apresentaram variação de 43% e 81%, números bastante consideráveis. Ainda assim, o gráfico 39 aponta para a maior distância entre o p86-p90 e o p51-p55 ao longo do tempo, o que mostra que não houve um processo bem sucedido de *catch-up* entre os extremos dos 40% do meio.

**Gráfico 36 – Porcentagem dos não estudantes cuja série mais alta que frequentaram foi o ensino superior, mestrado ou doutorado por vigésimo– 2001-2015**



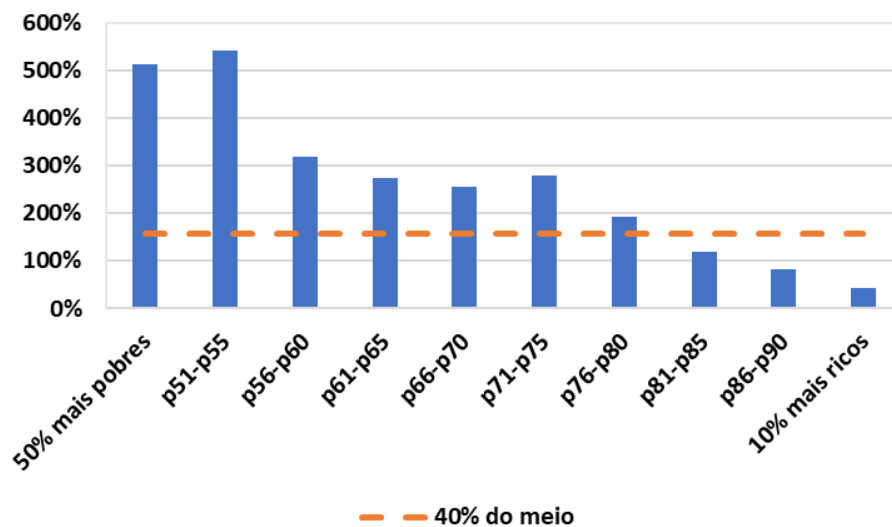
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (2021)

**Gráfico 37 – Porcentagem dos não estudantes cuja série mais alta que frequentaram foi o ensino superior, mestrado ou doutorado por classe de renda – 2001-2015**



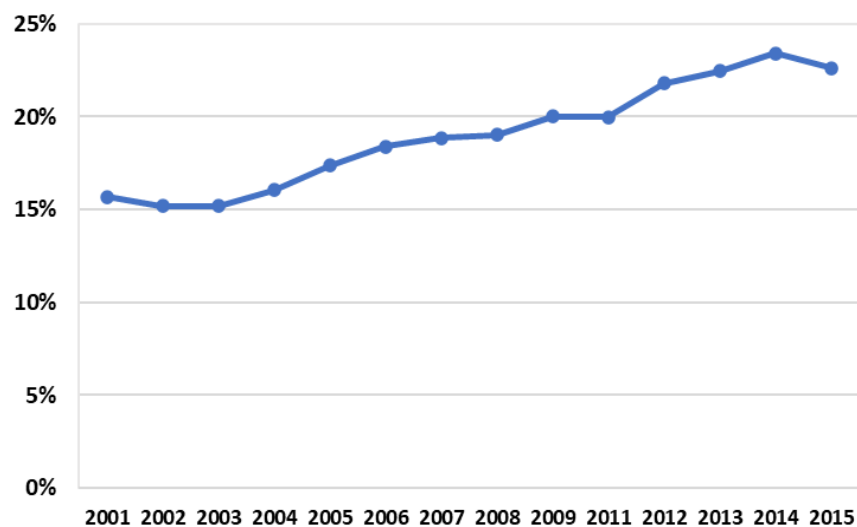
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (2021)

**Gráfico 38 – Taxa de crescimento da porcentagem dos não estudantes cuja série mais alta que frequentaram foi o ensino superior, mestrado ou doutorado entre 2001 e 2015**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (2021)

**Gráfico 39 – Diferença da porcentagem dos não estudantes cuja série mais alta que frequentaram foi o ensino superior, mestrado ou doutorado entre o p51-p55 e o p86-p90 - 2001-2015**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (2011)

### 4.3 CONCLUSÃO

A resposta para a questão se os 40% do meio são um grupo homogêneo, segundo as variáveis aqui estudadas, é não. Em termos de renda, apesar do índice de Gini<sup>43</sup> desse grupo intermediário ser consideravelmente menor do que o dos 10% mais ricos e do que o dos 50% mais pobres, há uma diferenciação interna na renda média e, quanto maior o rendimento médio do grupo, maior é essa diferenciação. Quando se olha para as condições de emprego, também há heterogeneidade no desemprego, na formalidade e no empreendedorismo, com as camadas mais ricas tendo menor desocupação, maior formalização e maior porcentagem de empregadores, ainda que, ao se tratar de desemprego, os três vigésimos mais ricos apresentem níveis bastante similares, porém abaixo dos demais. O mesmo padrão se repete no acesso ao ensino superior, só que de forma ainda mais severa, com o p86-p90 e, em menor medida, o p81-p80 atingindo valores muito maiores do que o restante. O único item analisado em que se observa uma maior homogeneidade é a

<sup>43</sup> Índice de Gini médio entre 2001 e 2015 de 0,2066 para os 40% do meio, 0,3015 para os 50% mais pobres e 0,3241 para os 10% mais ricos.

porcentagem da renda que vem do não trabalho, não havendo uma grande diferenciação com base no rendimento do vigésimo e com resultados bastante voláteis ano a ano.

Para a pergunta se todos os vigésimos tem características de classe média, a resposta também é não. O objetivo desse trabalho não é de traçar uma linha definidora de classe média, portanto, é impossível dizer com precisão quais grupos pertencem ou não a esse estrato. No entanto, considerando que na maioria dos pontos observados há uma maior diferença dos dois vigésimos mais ricos em relação aos demais, é mais provável que o p86-p90 e, em menor grau, o p81-p80 sejam considerados de classe média de acordo com os critérios traçados por Lamounier e Souza (2010).

Sobre quais grupos mais se apropriaram da prosperidade que ocorreu entre 2001 e 2015, a resposta varia dependendo da variável analisada. Se for analisado apenas a parcela da renda total que cada vigésimo possui, do p51 ao p80 houve aumento da participação relativa, com os grupos mais pobres tendo maior crescimento, enquanto que o p81-p80 ficou estagnado e o p86-p90 diminuiu. Morgan (2017) sugere que o ganho relativo dos mais pobres se deu em cima da classe média; já o presente trabalho aponta que apenas o vigésimo mais rico foi prejudicado no período, logo, do p51 ao p85 seriam os “vitoriosos” entre 2001 e 2015. Se forem vistas as outras características analisadas, os estratos mais pobres também tiveram maior aumento relativo na renda média, no acesso ao ensino superior e na formalização do trabalho; não há uma clara relação entre posição do vigésimo e resultado relativo na renda do não trabalho e na proporção de empregadores; e na questão do desemprego, os grupos mais ricos foram, em geral, mais beneficiados. Logo, por essa ótica, os vigésimos mais pobres também seriam os “vencedores”, com destaque especial para o p51-p55. Contudo, observar apenas a taxa de crescimento pode ser enganoso, já que esse elevado aumento se deu porque os valores iniciais em 2001 eram muito baixos. Os vigésimos mais ricos também tiveram expansão na maioria das variáveis analisadas e pode-se dizer que houve um processo de *catch-up* do extremo inferior dos 40% do meio, mesmo não sendo substancial, o que seria um argumento de que na verdade eles seriam os grandes “vencedores” do período.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal diálogo que essa monografia constrói é com o trabalho de Morgan (2017), além do debate mais amplo sobre o meio da distribuição de renda e a discussão internacional sobre a compressão da classe média. Como já foi visto, o autor defende, a partir de dados empíricos, que entre 2001 e 2015 os 10% mais ricos mantiveram sua posição na parcela total da renda que eles absorvem enquanto que os 50% mais pobres melhoraram. Portanto, sobraram os 40% do meio, que o autor considera como *squeezed Middle 40%* porque eles perderam participação relativa na renda total. Logo, todo o avanço alcançado pelo grupo mais pobre se deu às custas do estrato do meio. Apesar do autor não denominar esse grupo como sendo de classe média como tradicionalmente entendida nos países ricos, o autor não realiza nenhuma análise sobre ele, considerando-o uma classe única de renda, o que pode ter deixado passar despercebido alguma dinâmica distributiva interna que tenha acontecido. Ele também não realizou nenhuma análise de cunho sociológico, o que é importante para julgar o grau de homogeneidade dessa camada.

Os resultados alcançados nessa monografia permitem uma investigação maior sobre esse grupo do meio “espremido”. Em primeiro lugar, agora é possível afirmar com mais tranquilidade que é errado chamar os 40% do meio de classe média, já que, pela considerável heterogeneidade do estrato, apenas os vigésimos mais ricos (em especial o p86-p90 e, em menor medida, o p81-p85) possuem com relativa alta intensidade os critérios definidores dessa classe. Em segundo lugar, vigésimos internos aos 40% do meio também apresentaram ganhos positivos na parcela da renda total absorvida, assim como os 50% mais pobres, enquanto que apenas o vigésimo mais rico que mostrou queda em sua participação total. Nesse sentido, o ganho dos pobres seria em cima apenas da camada mais rica dentro dos 40% do meio e não do grupo como um todo. Curiosamente, essa camada mais rica é a que pode ser sociologicamente definida como sendo de classe média, logo, apesar de Morgan (2017) não ter falado especificamente que a classe média foi a principal prejudicada em termos distributivos entre 2001 e 2015, parece ter sido isso que aconteceu.

Do ponto de vista metodológico, essa monografia se destaca por realizar o debate mais aprofundado sobre os 40% do meio, analisando os vigésimos internos à classe de renda e não se limitando a tratar todo esse grupo de maneira unitária. Ainda, houve um esforço para juntar a análise distributiva com a sociológica, buscando entender quais as características que são ou não são pertencentes aos 40% do meio, para além apenas do âmbito dos rendimentos. A principal limitação desse estudo é que ele não realizou o encaixe metodológico entre a PNAD e a DINA, logo, os 40% aqui analisados não representam exatamente o mesmo estrato que Morgan (2017) analisa. Trabalhos futuros devem suprir essa coluna e chegar em uma forma de encontrar dentro da PNAD os 40% que foram alcançados através da DINA. Dessa forma, será possível realizar uma investigação ainda mais precisa e que converse ainda mais com o que Morgan (2017) escreveu.

## REFERÊNCIAS

ARRETCHE, M. Democracia e Redução da Desigualdade Econômica no Brasil: a inclusão dos outsiders. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**, São Paulo, v. 33, n.96, p. 1-23, 2018.

ATKINSON, A.B; BRANDOLINI, A. On the Identification of Middle Class. *In*: GORNIK, J.C.; JANTTI, M. (org.). **Income Inequality: Economic Disparities and the Middle Class in Affluent Countries**. Stanford: Stanford University Press, 2014, p. 77-100.

BARBOSA FILHO, F. H.; MOURA, R. L. Evolução recente da informalidade do emprego no brasil: uma análise segundo as características da oferta de trabalho e o setor. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 45, n. 1, p. 101-123, abr. 2015.

BARROS, R.P de; CURY, S.; ULYSSEA, G. A Desigualdade de Renda no Brasil Encontra-se Subestimada? Uma Análise Comparativa Usando PNAD, POF e Contas Nacionais. *In*: BARROS, R.P de; FOGUEL, M.N.; ULYSSEA, G. (org.). **Desigualdade de Renda no Brasil: Uma Análise da Queda Recente**. Brasília: Ipea, 2006, p 237 - 273.

BRITO, A. S.; FOGUEL, M.; KERSTENETZKY, C. L. The contribution of minimum wage valorization policy to the decline in household income inequality in Brazil: a decomposition approach. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 40, n. 4, p. 540-575, set. 2017.

BRITO, A. S.; KERSTENETZKY, C. L. Has the minimum wage policy been important for reducing poverty in Brazil? A decomposition analysis for the period from 2002 to 2013. **Revista Economia da ANPEC**, v. 20, p. 27-43, 2019.



COSTA, J.; SILVEIRA, F.G; COSTA, R; WALTENBERG, F. **Expansão da Educação Superior e Progressividade do Investimento Público**. Brasília: Ipea, 2021 (Texto para Discussão, n. 2631).

GONÇALVES, R. **Liberalização econômica, desigualdade e pobreza na América Latina no século XXI: Os modelos de desenvolvimento econômico fazem alguma diferença?** Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2018 (Texto para Discussão n.001).

HALLAK NETO, J.; SABOIA, J. Distribuição funcional da renda no Brasil: análise dos resultados recentes e estimação da conta da renda. **Economia Aplicada**. São Paulo, v.18, n.3, 2014, p.483-513.

KENWORTHY, L. **Social Democratic Capitalism**. Oxford: Oxford University Press, 2020.

KERSTENETZKY, C. L. Foi um pássaro? Foi um avião? Redistribuição no Brasil no século XXI. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 36, n. 2, p. 15-34, jul. 2017.

KERSTENETZKY, C. L.; UCHOA, C.; SILVA, N. V.. The elusive new middle class in Brazil. **Brazilian Political Science Review**, v. 9, p. 21-41, 2015.

LAMOUNIER, B.; SOUZA, A. **A Classe Média Brasileira: Ambições, valores e projeto de sociedade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H. G. F. A estabilidade da desigualdade no Brasil entre 2006 e 2012: Resultados adicionais. **Pesquisa E Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro, v. 46, n. 3 p. 7-31, dez. 2016.

MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H. G. F.; CASTRO, F. A.. A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 20, n.4 p. 971-986, 2015b.

MEDEIROS, M.; SOUZA, PEDRO H. G. F.; CASTRO, F. A. . O Topo da Distribuição de Renda no Brasil: Primeiras Estimativas com Dados Tributários e Comparação com Pesquisas Domiciliares (2006-2012). **Dados**. Rio de Janeiro, v. 58, n.1 p. 7-36, jan./mar. 2015a.

MORGAN, M. **Falling Inequality beneath Extreme and Persistent Concentration: New Evidence for Brazil Combining National Accounts, Surveys and Fiscal Data, 2001-2015**. WID.world Working Paper Series N. 2017/12, p. 1-45, ago. 2017.

NERI, M.C. **A Nova Classe Média**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

PIKETTY, T. **O Capital no Século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

SOUZA, P. H. G. F. **Uma História da Desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil (1926-2013)**. São Paulo: Hucitec, 2018.

